

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

EDUARDO GOMES DA COSTA

**ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO, O RIO: TURISMO E A
CONDIÇÃO RIBEIRINHA NA COMUNIDADE PASSO DO
LONTRA, CORUMBÁ-MS**

TRÊS LAGOAS

2025

EDUARDO GOMES DA COSTA

**ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO, O RIO: TURISMO E A
CONDIÇÃO RIBEIRINHA NA COMUNIDADE PASSO DO
LONTRA, CORUMBÁ-MS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Thiago Araujo Santos

TRÊS LAGOAS

2025

EDUARDO GOMES DA COSTA

**ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO, O RIO: TURISMO E A
CONDIÇÃO RIBEIRINHA NA COMUNIDADE PASSO DO
LONTRA, CORUMBÁ-MS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora em:
18 de novembro de 2025 e foi considerada APROVADA.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

Orientador

Prof. Dr. Mauro Henrique Soares da Silva

Membro da banca

Profa. Ma. Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes

Membro da banca

AGRADECIMENTOS

A pesquisa científica é sempre um trabalho coletivo, de muitos conselhos, puxões de orelha, críticas, incentivos, recomendações, ideias e apoio. Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para essa pesquisa, de forma direta ou indireta.

A oportunidade de me dedicar em “tempo integral” a universidade, a partir de 2023, morando sozinho em outra cidade, longe da minha família e do lugar que vivi toda minha curta vida, não seria possível sem o apoio e incentivo dos meus pais Ivani e Edvaldo, sobretudo de minha mãe, obrigado por ter me apoiado até aqui!

Agradeço a meu irmão e a todos os(as) amigos(as) que formam ao meu redor uma rede de apoio na batalha que é a vida adulta, de fora da geografia e de dentro da geografia. Não sei em que pé estaria sem suas amizades nos momentos difíceis, nem como teria tantos momentos felizes sem elas.

Agradeço aos colegas de geografia que foram fundamentais para a construção dessa pesquisa, sobretudo as turmas que dividi “trincheiras” nos trabalhos de campo: ingressantes de 2019, 2020, 2022 e 2023. Aos colegas de laboratório sempre pela parceria e amizade. Ao PET Geografia e todos que passaram pelo grupo, que contribuíram com sugestões, referências e a parceria no dia a dia.

Obrigado a todos os professores (as) do curso de geografia, em especial a Mauro e Fred, que desde o primeiro ano acolheram minha turma de forma especial, e aos professores Sedeval e Rosemeire pelas conversas e conselhos enriquecedores.

Agradeço em especial a minha companheira de vida Izabely, que mais esteve por perto nessa jornada, por todo o apoio incondicional em todos os momentos e por ser meu motivo para sorrir nos dias mais nebulosos

Agradeço demais ao Thiago, meu amigo e orientador, que me incentivou em primeiro lugar a vir de outra cidade para me dedicar a iniciação científica e que contribui enormemente para minha formação, pelas longas conversas sempre com compreensão e paciência com as muitas perguntas e dúvidas.

Agradeço a todas as moradoras e moradores do Passo do Lontra, pescadores, piloteiros, ribeirinhos, amigos e interlocutores desta pesquisa.

Agradeço aos órgãos de fomento de bolsas de iniciação científica, CNPq e Fundect, que permitiram o desenvolvimento dessa pesquisa, ao curso de Geografia e o Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul .

*"Todos os seres circulam uns nos outros.
Tudo é um fluxo perpétuo. O que é um ser?
A soma de um certo número de tendências.
E a vida? A vida é uma sucessão de ações e
reações. Nascer, viver e passar é mudar de
formas"*

(Sonho de D'Alembert, Diderot)

*"No rami rami o negócio é complexo. E a
dialética é a poesia concreta da filosofia.
Ela mostra a beleza do simples no
complexo. E o contrário também..."*

(Thiago Araujo Santos)

RESUMO

A comunidade ribeirinha Passo do Lontra, objeto central deste trabalho, está localizada no entroncamento da Estrada Parque Pantanal com o Rio Miranda, no município de Corumbá-MS. Em decorrência da forte presença da atividade turística, significativas transformações no modo de vida ribeirinho e na biodiversidade do rio Miranda foram identificadas. Interessa-nos analisar e compreender essas transformações tomando como eixo central as dinâmicas do trabalho ribeirinho e as condições ambientais necessárias à sua reprodução social. Como recursos metodológicos, recorreremos à revisão bibliográfica, trabalhos de campo, entrevistas, mapeamento e dados fundiários e sobre uso e ocupação do solo. Foi possível perceber uma apropriação do saber-fazer tradicional ribeirinho como parte do produto turístico pelo capital, em um contexto de transmutação das funções laborais tradicionais associadas à pesca artesanal em prestação de serviços aos hotéis e turistas. Ademais, constatamos um quadro de degradação ambiental com sensíveis impactos no volume de peixes encontrados no rio Miranda, cujos efeitos rebatem nas dinâmicas de trabalho locais, tanto na pesca artesanal quanto nas atividades associadas diretamente ao turismo.

Palavras-Chave: Comunidade Ribeirinha. Pantanal. Turismo. Trabalho. Degradação Ambiental.

RESUMEN

La comunidad ribereña Passo do Lontra, objeto central de este trabajo, está ubicada en el cruce de la Estrada Parque Pantanal y el río Miranda, en el municipio de Corumbá-MS. Debido a la fuerte presencia de la actividad turística, se identificaron transformaciones significativas en la forma de vida ribereña y en la biodiversidad del río Miranda. Nos interesa analizar y comprender estas transformaciones, tomando como eje central la dinámica del trabajo ribereño y las condiciones ambientales necesarias para su reproducción. Como recursos metodológicos se recurrió a la revisión bibliográfica, el trabajo de campo, la entrevistas, la elaboración de mapas y uso de datos sobre propiedades y uso y ocupación del suelo. Fue posible percibir una apropiación del saber hacer tradicional ribereño como parte del producto turístico por parte del capital, en un contexto de transmutación de funciones laborales tradicionales asociadas a la pesca artesanal en la prestación de servicios a hoteles y turistas. Además, observamos una situación de degradación ambiental con impactos significativos en el volumen de peces que se encuentran en el río Miranda, cuyos efectos impactan las dinámicas de trabajo local, tanto en la pesca artesanal como en las actividades directamente asociadas al turismo.

Palabras Claves: Comunidad Ribereña. Pantanal. Turismo. Trabajo. Degradación Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE PASSO DO LONTRA – CORUMBÁ-MS.....	22
FIGURA 2: MARGEM DESMATADA EM FRENTE A POUSADA JUNGLE LODGE, PRÓXIMA A COMUNIDADE PASSO DO LONTRA.....	35
FIGURA 3: MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO MIRANDA – 1985.....	38
FIGURA 4: MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO MIRANDA – 2023.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: IDENTIFICAÇÃO COMO RIBEIRINHO ENTRE MORADORES DA COMUNIDADE PASSO DO LONTRA	23
GRÁFICO 2: PRINCIPAL FONTE DE RENDA ENTRE MORADORES DA COMUNIDADE PASSO DO LONTRA	23
GRÁFICO 3: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO MIRANDA – 1985.....	38
GRÁFICO 4: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO MIRANDA – 2023.....	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	34
TABELA 2: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA BACIA DO RIO MIRANDA – 1985 E 2023.....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO “SUSTENTÁVEL”	13
3. O PESCADOR ARTESANAL E O GUIA-TURÍSTICO NO PANTANAL: COMPLEMENTARIDADE OU CONTRADIÇÃO?.....	19
4. O RIO E A COMUNIDADE: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO SUA CONTRAFACE.....	32
4.1 CONDIÇÕES DE VIDA NA COMUNIDADE.	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

A Estrada Parque Pantanal foi, em 1993, decretada como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), no bioma Pantanal, em função do decreto nº 7.122/93. Rota original de tráfego entre as cidades de Miranda e Corumbá no estado do Mato Grosso do Sul, cortada originalmente por Marechal Cândido Rondon no final do séc. XIX, com objetivo de conectar à rede de telégrafo à Corumbá (Oliveira; Marques, 2016).

Algumas das justificativas para a caracterização da alta potencialidade turística da área são: “expressiva beleza faunística e florística”; “ocorrência de expressivo fluxo de turistas e visitantes” e “ser necessária a implantação de efetivas medidas que assegurem a preservação do equilíbrio ambiental e a proteção ao patrimônio cultural e natural neles existentes, a fim de regular [...] os fluxos de turistas e visitantes e as atividades, obras e serviço permissíveis” (Mato Grosso do Sul, 1993).

No entroncamento da Estrada Parque com o Rio Miranda, nas proximidades da Base de Estudos do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), se localiza a comunidade ribeirinha Passo do Lontra, tema central desta monografia. Trata-se de uma comunidade formada por pescadores artesanais, com forte presença de ascendência indígena, e que recebeu muitos ex-trabalhadores da pecuária que buscaram na pesca artesanal um meio de sobrevivência (Fernandes, 2024). A partir da década de 1970 ocorrem importantes transformações das atividades econômicas predominantes na região, o que levou a comunidade a se tornar, especialmente a partir dos anos 1990, uma das principais referências no turismo de pesca e contemplação do pantanal sul.

A comunidade, formada por algumas dezenas de famílias residentes em palafitas, próximas ao rio Miranda, se constitui na principal fonte de mão-de-obra barata do empresariado turístico da região. Dada a iminência do neoliberalismo, atrelado a uma tradição que já existia na pecuária (Ribeiro, 2018b), o trabalho é predominantemente informal e precário. Neste caso, as diferentes relações de trabalho constituídas, ao longo do tempo, contribuem para a conformação de novas identidades (Ribeiro, 2018a), que se sobrepõem e definem a atual figura do ribeirinho: o pantaneiro trabalhador da pecuária, o pescador artesanal e guia turístico ao mesmo tempo, reproduzindo um modo de vida com traços da relação de trabalho anterior ainda presentes. A comunidade e os promotores do turismo se territorializaram na região de forma orgânica, entre colaborações e tensões. O próprio nome da comunidade, originalmente Passo da Lontra, é modificado para Passo do Lontra pela

proprietária de uma das primeiras pousadas da região. É impossível dissociar as raízes da comunidade com a atividade turística.

A dinâmica da comunidade é alterada em decorrência da queda vertiginosa do volume de peixes do pantanal, que entre suas causas está o próprio turismo, que surge ele próprio como alternativa de renda para a comunidade, constituindo trabalho irregular e precário, contraditoriamente sendo parte da reexistência da tradicionalidade ribeirinha. Desta forma, no Passo do Lontra, trabalho e identidade estão profundamente ligados, e conforme as relações de trabalho mudam, o modo de vida e identidade se transformam (Ribeiro, 2018b; Ribeiro e Moretti, 2012b; Moretti, 2006).

Este trabalho foi construído ao longo dos quatro anos de graduação, é resultado de três projetos de iniciação científica: A reprodução da cultura ribeirinha na comunidade Passo do Lontra – Corumbá-MS (2022-2023); Tradicionalidade ribeirinha e turismo na comunidade Passo do Lontra (Corumbá-MS): complementaridade ou contradição? (2023-2024); O turismo e as transformações do trabalho na comunidade Passo do Lontra, Corumbá-MS: da tradicionalidade ribeirinha à superexploração? (2024-2025), financiados respectivamente pela CNPq, Fundect e novamente CNPq e orientados pelo Prof. Dr. Thiago Araujo Santos.

Partes e/ou fragmentos desta monografia foram anteriormente publicados em anais de eventos (em coautoria com o orientador) sob a forma de resumo (Costa; Santos, 2023b; *idem* 2023d; *idem* 2024a; *idem* 2024c), resumo expandido (Costa; Santos, 2023a; *idem* 2024b) e trabalho completo (Costa; Santos, 2023c; *idem* 2025). Além disso, um artigo submetido a periódico foi aceito para publicação, com previsão de divulgação em novembro de 2025.

Na investigação em tela buscamos entender, a partir da expansão da atividade turística no pantanal sul, as transformações no modo de vida ribeirinho, pensar de que maneira que as distintas lógicas de uso do território coexistem e/ou conflituam e quais as implicações deste processo para a tradicionalidade ribeirinha, tomando como eixo central as dinâmicas do trabalho ribeirinho e as condições ambientais necessárias à sua reprodução social, em um contexto de forte degradação da biodiversidade do rio Miranda.

Esta monografia se baseou no levantamento documental e bibliográfico relacionado ao turismo, à comunidade Passo do Lontra e as formas de trabalho ligadas no pantanal sul. O recorte temporal da pesquisa permeia os anos de 2022 a 2024. No levantamento, recorreu-se aos dados sobre a estrutura fundiária, do município de Corumbá-MS, e o uso e ocupação do solo da bacia do rio Miranda nos anos de 1985 e 2023, respectivamente das bases do Incra

(2018) e do MapBiomas Brasil (2024), utilizando-se o software de geoprocessamento QGIS para mapeamento.

Foi realizada também a análise de dados qualitativos e quantitativos adquiridos em trabalhos de campo realizados em três ocasiões: nos dias 26/09/2022, 05/11/2022 e 02/06/2023 na comunidade Passo do Lontra, Corumbá-MS. Além de observação direta da dinâmica local e das relações de trabalho na localidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores, homens e mulheres, pescadores e trabalhadores do turismo, o método de entrevista escolhido, “em rigor, trata-se de uma técnica em que as questões são predeterminadas, como no questionário, e as respostas são livres, como na entrevista aberta” (Kapp, 2020, p. 9), as entrevistas foram gravadas com a permissão dos moradores e transcritas. A análise realizada foi operada por “comparação, item a item, das respostas obtidas a cada pergunta” (Kapp, 2020, p. 9). Os temas centrais abordados foram a fundação, a reprodução da vida e as mudanças históricas ocorridas na comunidade nos últimos anos. Com o propósito de avaliar de modo mais amplo, no Lontra, questões relativas à identidade ribeirinha e a relação com o rio Miranda, foram aplicados 16 questionários, gerando dados primários que permitem análise quantitativa e qualitativa. Os nomes dos entrevistados são fictícios para preservar seu anonimato.

Esse trabalho está estruturado da seguinte maneira: a introdução já contendo objetivos e metodologia aplicada, o segundo capítulo destinado a uma breve retrospectiva do fenômeno do turismo, o terceiro capítulo analisando o trabalho no Passo do Lontra, o quarto capítulo refletindo sobre algumas causas de degradação ao rio Miranda e por fim as considerações finais.

Através das respostas obtidas, dois são os sentidos em que se identifica a permanência de uma cultura ribeirinha. Por um lado, na relação orgânica com o rio, associada à proximidade geográfica, o que gera um autorreconhecimento como “ribeirinho” por se integrar, como morador, neste espaço dotado do que poderíamos qualificar como um “contexto ribeirinho”. Por outro lado, ainda que associada à lógica econômica do turismo, foi possível notar a reprodução de uma cultura ribeirinha pelo uso de um saber-fazer associado ao rio nas atividades de trabalho desenvolvidas, também no âmbito turístico, pelos sujeitos entrevistados.

2. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO “SUSTENTÁVEL”

“A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo”. Theodor Adorno e Max Horkheimer.

A expansão da atividade turística se deu a partir da segunda metade do século XX, fruto inicial do acelerado desenvolvimento industrial pós-guerra e da política de Bem-Estar Social (maiores salários e tempo livre) implantada, em contexto de guerra fria, na Europa¹.

A massificação da atividade por sua vez, se realiza com a expansão do chamado “setor de serviços”, e consequentemente do turismo. Sobretudo, seu impulso se dá a partir da década de 1980, em decorrência da reestruturação produtiva do capital, fazendo emergir um novo regime de acumulação, a acumulação flexível (Harvey, 2008), que implicou na transformação das formas de trabalho, como veremos no próximo item.

A partir da necessidade de acelerar o tempo de giro do capital, isto é, diminuir o período entre a produção e a realização do capital investido numa dada mercadoria, aliado ao desenvolvimento dos transportes e comunicação, o incremento do turismo permitiu a “transformação do tempo de não trabalho em tempo do capital” (Ouriques, 2015, p. 19) e representou uma oportunidade de lucro, com o descanso, através dos empreendimentos turísticos enquanto destinos, para países periféricos (Ouriques, 2015). Nesse sentido, o turismo, semelhante a outras formas de produtos-experiência, “têm um tempo de giro quase instantâneo” (Harvey, 2008, p. 149). A mercadoria turística é produzida e consumida imediatamente.

Soma-se a isso, segundo Silva e Ribeiro (2016), o crescimento da demanda por um turismo “sustentável” e de contemplação de áreas naturais a partir da conferência de Estocolmo em 1972, onde se discutiu como necessário que “as nações tomassem providências cabíveis para o desenvolvimento econômico e o equilíbrio ambiental” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 129), entendendo assim que “por não poluir como as indústrias tradicionais, a indústria do turismo é expoente da possibilidade de conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental” (Ouriques, 2015, p. 17).

¹ “Às condições subjetivas após a Segunda Guerra Mundial, assim como à ameaça “comunista”, conjugaram-se a recuperação econômica e, principalmente, as experiências governativas da social-democracia, especialmente europeia” (Silveira, 2013, p. 153). A esse estado de crescimento foi chamado Estado de Bem-Estar Social baseado na política econômica keynesiana: consumo em massa, pleno emprego, economia regulada pelo Estado, grandes investimentos públicos em políticas sociais etc. (Chauí, 2020).

A diplomacia brasileira não só esteve presente na Conferência de Estocolmo, como se destacou, se apresentando enquanto liderança dos países do Terceiro Mundo no desenvolvimento econômico (Oliveira, 2019). Cabe lembrar que na época, 1972, o regime ditatorial brasileiro passava pelo chamado “milagre econômico”². A ironia do destaque, como nos diz Oliveira (2019), é

que o milagre econômico do Regime Militar é uma expressão precisa de destruição ambiental, consumado pelo conjunto formado pela supersaturação das megalópoles, devastação de quase 10 % da Floresta Amazônica, consolidação do “primado do automóvel”, a poluição de Cubatão e o advento da usina atômica (Sirkis, 1992, pp. 215-216 *apud* Oliveira, 2019, p. 85).

Em 1977, ainda durante do regime militar, foi sancionada por Ernesto Geisel, à época ditador em exercício, a lei N. 6.513, que versava sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, definidas pelo Art. 3 como “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico” (Brasil, 1977). Ancorado pelo Art. 21 da mesma lei, o governo do estado do Mato Grosso do Sul institui, em 1993, através do decreto N. 7.122, a Estrada Parque Pantanal enquanto Área Especial de Interesse Turístico.

Tanto na declaração de Estocolmo, documento resultado da conferência de 1972, quanto nos artigos da lei de 1977 e do decreto de 1993, é pautada a necessidade de um desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental.

Aqui cabe problematizar a plausibilidade dessa pretensa conciliação. Segundo Marques (2015) a degradação ambiental passou, em determinado momento do século passado, a ser lida como obstáculo à acumulação capitalista, passando o “desenvolvimento sustentável” a emergir como promessa de mitigar os impactos e promover o sonhado desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental.

Palar e Granato (2023) vão na contramão desta leitura, afirmando que:

[...] a crise ambiental não pode ser considerada um limite físico ao capitalismo, pois esse modo de produção é capaz de superar tais problemas, seja através do aumento de custos, com a reciclagem de produtos ou diminuição de salários, por exemplo (Foladori, 1997 *apud* Palar; Granato, 2023, p. 8).

² Segundo Paul Singer (1977 *apud* Oliveira, 2019, p. 85) os milagres econômicos têm, sobretudo, caráter político e produzem grande concentração de renda (Oliveira 2003 *apud* Oliveira, 2019, p. 85).

Concordamos com os autores, pois, a existência de um “limite físico” ao desenvolvimento capitalista esbarra em uma contradição flagrante: a degradação ambiental é produto e condicionante da própria lógica interna do modo de produção capitalista, a acumulação pela acumulação, em um processo desenfreado de busca por expansão, que foge do controle individual dos capitalistas. A esse respeito, é fundamental compreender que:

[...] o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva (Marx, 1967, p. 592 *apud* Harvey, 2005, p. 44).

Desta forma, como apontado por Freitas *et al.* (2012, p. 43):

[...] o desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação social e ecológica, será, no entanto, nas três últimas décadas que as manifestações das insustentáveis relações com o planeta constituíram um conjunto de contradições que levaram à identificação da denominada “crise ambiental”. Esta tem sido definida, principalmente, por meio das mudanças climáticas, como o aumento da temperatura da Terra em decorrência do efeito estufa, as devastações das florestas tropicais, a redução da biodiversidade, as exaustões e contaminações dos solos, das águas e dos mares, as extinções de animais, relacionadas em alguma medida com o aumento dos desastres socioambientais, aumento da população, urbanização e uso de energias com base em recursos não renováveis.

Porto-Gonçalves (2004, p. 24) afirma que a ideia de desenvolvimento “é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza”. O desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação social e ecológica. Desde a acumulação primitiva esse modo de produção é pautado na transformação da natureza em fonte de lucro, em detrimento de sua conservação (Freitas *et al.*, 2012). Desta forma, pensar desenvolvimento nos moldes capitalistas e na preservação ambiental em equilíbrio seria, em si, contraditório.

Essa união, porém, se constituiu, segundo Oliveira (2019, p. 235), “inapelavelmente, um consenso” entre os países das Nações Unidas, a partir do lançamento do Relatório Brundtland, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Nesse relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.7 *apud* Freitas *et al.*, 2012, p. 44).

Uma série de congressos e reuniões da ONU desde então pautaram esse debate, entre eles a RIO-92 em 1992 no Rio de Janeiro, a RIO+10 no ano de 2002 em Joanesburgo, África

do Sul, a RIO+20 novamente no Rio de Janeiro em 2012, e por fim, em 2015, na Resolução 70 da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram propostos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³ a serem alcançados até 2030, acordado por 197 países (Oliveira, 2019). O desenvolvimento sustentável representaria um objetivo global, “a ser atingido no Século XXI [...] como se fosse um novo paradigma para a produção e consumo mundial” (Oliveira, 2019, p. 21). É a partir desse momento que o turismo ecológico (ecoturismo) se torna o motor ideológico e discursivo da atividade no pantanal⁴ (Moretti, 2006).

A ideia do ecoturismo passou a ser entendida como a solução para os problemas advindos da atividade turística, ou seja, o turismo destrói os atrativos que levam a sua existência, e o ecoturismo é a variável desta atividade que poderia permitir a sua existência com a perspectiva de manutenção dos ambientes naturais e culturais destinados ao turismo. Integrada à noção de “Desenvolvimento Sustentável”, a ideia do ecoturismo é “conceituada” por diferentes autores como uma solução para o uso adequado de ambientes naturais visando inclusive a sua conservação (Moretti, 2006, p. 66).

Além disso, como apontado por Moretti (2006, p. 67), a noção de ecoturismo, associada à de desenvolvimento sustentável, leva em conta “a melhoria das condições de vida da comunidade local, mas, a ideia de qualidade de vida, é entendida a partir do desejo do turista e não das comunidades locais”, ou seja, aquilo considerado “desenvolvimento” e “melhoria de vida” aos trabalhadores nem sempre exprime aquilo que de fato lhes é caro, é antes de tudo um atrativo aos turistas.

Porto-Gonçalves (2004, p. 25) corrobora essa ideia quando afirma que *desenvolvimento* carrega a ideia de direito de igualdade a todos, sem que se pense nos “*diferentes modos de sermos iguais*, como as diferenças culturais e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam”. Desdobrando esse argumento, o autor problematiza semanticamente a palavra, evidenciando que:

[...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os [...] que, ao *des-envolver*, envolve cada um [...] numa nova configuração societária, a capitalista (Porto-Gonçalves, 2004, p. 39).

³ Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>

⁴ O turismo já se desenvolvia na região desde a década de 1960, enquanto turismo de pesca, mas até então sem uma preocupação, pelo menos no campo discursivo, de pautar a preservação ambiental. O Ecoturismo, na teoria, representaria uma atividade mais consciente e de contemplação da beleza natural, além da pesca (Braga, *et al.*, 2004; Moretti, 2006).

Não é nosso objetivo elaborar uma crítica profunda ao conceito de desenvolvimento sustentável⁵. Porém, é impossível pensar criticamente o turismo (e o ecoturismo) sem problematizar alguns aspectos desse pretensão “desenvolvimento sustentável”.

Concordamos com Oliveira (2019) quando ele aponta que:

A noção de desenvolvimento sustentável oculta às classes sociais e a divisão territorial do trabalho na medida em que destaca que todos deveriam cuidar dos bens comuns, como se não houvesse propriedade privada dos meios de produção e da terra para plantar e morar (Oliveira, 2019, p. 24).

Como apontado pelo autor, tratar o desenvolvimento sustentável em genérico enquanto uma “responsabilidade de todos” mascara uma questão primordial: a concentração de terras nas mãos de poucos, e assim o poder de desmatar e degradar os meios naturais. Utilizando como exemplo o município de Corumbá, destino turístico que concentra boa parte do pantanal sul-mato-grossense e onde se localiza a comunidade Passo do Lontra, as 51 maiores propriedades rurais do município (1.552.757 ha) têm **quinze vezes** a área das 1.432 menores propriedades (100.020 ha) (Incra, 2018), sendo os proprietários de terra e os promotores do turismo, na região, figuras diretamente associadas, por vezes se constituindo nos mesmos sujeitos, algo comum no Brasil, como afirma Baratelli (2022, p. 58):

Devido à ausência de políticas significativas de Reforma Agrária, que desconcentrem a estrutura fundiária brasileira, o direito de acesso à terra é negado à classe camponesa e trabalhadora, tornando-a uma mercadoria de privilégio da classe dominante. A maior parte da posse e do domínio da terra divide-se entre os capitalistas e grandes proprietários fundiários, que ora se confundem na mesma figura, em razão da aliança terra-capital.

Pensar criticamente o turismo envolve refletir sobre os distintos interesses e condições de acesso e apropriação do “local turístico”, seu uso para reprodução de um modo de vida ou enquanto mercadoria, por trabalhadores, capitalistas e/ou proprietários de terra. Salazar (2006, p. 118) afirma que em nossas análises e pesquisas “o turismo precisa estar situado na sociedade capitalista. O consumo de serviços não pode ser dissociado das relações sociais nas quais está inserido”⁶. E como apontaremos no próximo item, assim como todas as demais atividades capitalistas que transformam recursos naturais em mercadoria (neste caso áreas naturais no produto-turístico), o turismo, travestido de verde na forma de *ecoturismo*, se

⁵ Para esse debate de forma ampla ver Oliveira (2019).

⁶ No original em espanhol “[...] el turismo necesita estar situado en la sociedad capitalista. El consumo de servicios no puede separarse de las relaciones sociales dentro las cuales se inserta.” Tradução nossa.

resume a um símbolo, usado pelo marketing das agências para atrair clientes que se preocupam com a preservação ambiental, porém, como afirma Moretti (2006) para ser uma atividade “rentável economicamente” para os promotores do turismo, necessita ser uma atividade de massa e, como consequência, resulta em pressões que destroem o ambiente natural.

3. O PESCADOR ARTESANAL E O GUIA-TURÍSTICO NO PANTANAL: COMPLEMENTARIDADE OU CONTRADIÇÃO?

“Eu tirei minha carteira profissional, sou pescadora profissional, então eu me considero uma ribeirinha agora, por eu ter minha casa aqui, porque aqui a comunidade é uma comunidade ribeirinha, todos nós somos pescadores”.

Flávia, moradora do Passo do Lontra.

Segundo Ribeiro e Moretti (2012a) existem registros de ocupação no Pantanal desde o século XVII. Diversos grupos se apropriaram das terras originalmente indígenas, e através de diferentes formas de uso e ocupação continuamente transformaram o território dito pantaneiro.

A região do Rio Miranda, no pantanal de Corumbá, interior do Mato Grosso do Sul, teve, desde a segunda metade do século XIX, como atividade central a pecuária (Esselin, 2011), estando a pesca em segundo plano.

Os ciclos da pecuária bovina determinavam a geração de emprego. Fatores como secas, cheias e desvalorização do corte bovino levavam a momentos de extrema insegurança e vulnerabilidade social. A partir da década de 1950 muitos recorreram à caça aos jacarés, cujo couro tinha alto valor comercial, como fonte de renda. Atividade proibida por Lei, no Brasil, desde 1967 (Campos *et al.*, 2005), a caça aos jacarés mostra a realidade contraditória da ocupação pantaneira.

No tempo do jacaré, tinha muito caçador que ficava no mato acampado, escondido. Quando era liberado, entre 1950 e 60, era liberado né, depois fechou, mas caçava do mesmo jeito, ficava aquele grupo escondido no mato, caçava escondido no mato. A polícia vinha, tinha combate com eles, morria gente. Na época que proibiu era uma coisa pra sobrevivência, não tinha outra coisa pra fazer. Tinha até quem não era caçador indo também, por que tava que nem agora, não tinha mais emprego. O pessoal, pai de família tinha que arrumar o que fazer pra não deixar morrer... tinha criança, vai deixar passar fome? Era uma coisa errada e bem errada. Tava muita gente nessa, porque não tinha emprego (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

O relato do entrevistado evidencia um processo que se ampliará nas décadas seguinte, a formação de uma mão de obra excedente na região, que será incorporada a atividade turística. A partir da década de 1960, turistas de várias partes do país passam a visitar a região para praticar a pesca turística amadora, que ainda não se constituía uma atividade de larga escala (Braga, *et al.*, 2004).

Porém, entre o fim da década de 1970 e início da

década de 1980, a atividade pecuária do Pantanal Sul entrou em crise devido a fatores econômicos e naturais que levaram à perda da competitividade do gado

produzido na região frente a outras áreas de produção. A crise econômica está relacionada à queda do preço do boi gordo aliada à elevação dos custos de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de investimentos e de custeio dos produtores e, em consequência, uma forte descapitalização do setor (Silva, 2013, p. 158–159).

Como meio de superar essa crise, ocorre no pantanal um processo de modernização da pecuária, relacionado à incorporação de inovações nas técnicas produtivas e a substituição dos sujeitos que anteriormente lidavam com o gado (Ribeiro; Moretti, 2012a), por exemplo, o peão que executava à cavalo o trabalho é substituído por motocicletas e as comitivas⁷ são substituídas por caminhões, resultando na redução da necessidade de mão de obra e produzindo uma onda de desemprego, que levou parte da população local para as margens do rio como alternativa para sua reprodução.

Concomitante a isso, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e o início do processo de globalização colocam o pantanal nos holofotes, tornando a região, pelo impulso do turismo a partir da década de 1990, mundialmente conhecida. “A nova engrenagem econômica desponta como uma alternativa para os pecuaristas expandirem as perspectivas de lucro, em uma região com expressiva extensão de terras e com fauna e flora exuberantes” (Ribeiro, 2018b, p. 152).

Segundo a autora:

[...] a modernização da pecuária e o advento do turismo conduziram ao reordenamento da produção e, conseqüentemente, da comunidade pantaneira. Diferentes sujeitos e elementos podem ser elencados como condutores na construção das novas relações com a natureza. Dentre as pessoas envolvidas na reorganização social do Pantanal estão os empresários do turismo e da pecuária modernizada e os/as trabalhadores/as tanto do turismo quanto da pecuária (Ribeiro, 2018a, p. 804).

Os primeiros habitantes que se estabeleceram nos arredores do rio Miranda foram pescadores e isqueiros (Banducci Jr., 2002), recebendo posteriormente muitos extralheadores que prestavam serviços para as fazendas pecuaristas da região (Ribeiro, 2018a). O nome da comunidade seria uma referência a um simples boteco de beira da estrada, com um rancho para pouso, denominado “Passo do Lontra”. Era chamado assim, de acordo com o conhecimento popular, devido ao fato de que há muito tempo este seria um local mais propício para passar a boiada conduzida pelas comitivas; “passo” deriva de passagem e Lontra era o cognome da pessoa que ali vivia (Oliveira; Marques, 2016).

⁷ Atividade de transporte de gado, guiado por um grupo de peões, para venda ou nos períodos de cheia.

Porém, figuras antigas da comunidade contestam essa versão. Seu Antônio, morador mais velho da região, afirma que a origem do nome é em referência a um antigo local de passagem de boiada no rio onde se concentravam uma enorme quantidade de Lontras.

Tinha ali [uma] pedra e tinha muita lontra, um bando de lontra. Ai o finado meu tio que falou, tinha que ser Passo da Lontra, que ela tomava aquele pedacinho. Iam para o lado de lá e pro lado de cá, era muita lontra, rapaz... Cheio de lontra, cardume de lontra. Vinte a trinta lontra ficava aí. Agora é difícil você ver uma, não vê mais (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

A comunidade que ali nascia em seus primeiros anos era conhecida na verdade como Passo da Lontra e foi também em consequência do turismo, segundo seu Antônio, que passa a ser conhecida como Passo do Lontra. Onde hoje está localizado o hotel Jungle Lodge, era chamado Cabana do Lontra, o primeiro estabelecimento turístico a chegar na região, entre 1977 e 1978, e foi sua proprietária original que popularizou essa versão do nome da comunidade.

Mudou por causa do seu Gaúcho, finado, trabalhava aqui também com nós. Ele falou pra senhora, que faleceu também, dona do hotel que era Cabana do Lontra, que agora é a pousada Jungle Lodge. Ai o seu Gaúcho falou da guerra do Paraguai um tal de lontra passou por aqui. Mas era nada, era por causa do bicho lontra mesmo. Ficou Passo do Lontra, mas que na realidade era Passo da Lontra (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

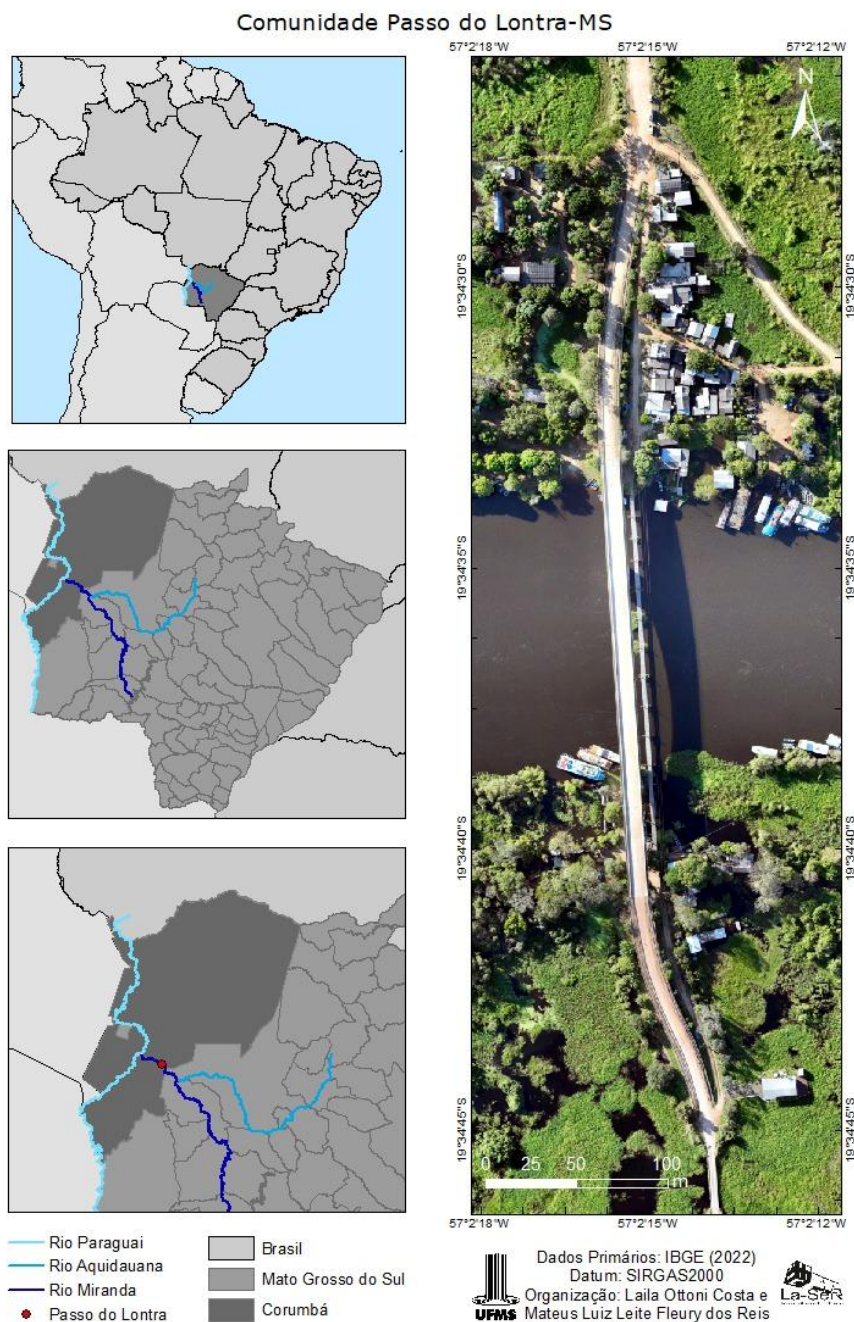
Não se trata de uma questão menor a existência de diferentes versões sobre o “verdadeiro” nome da comunidade. A insistência do Seu Antônio em contestar a versão, atualmente dominante, sobre as origens da comunidade e a forma atual de nomeá-la é reveladora de uma disputa, no campo simbólico, pela apropriação do território. Haveria, pelo que se pode derivar das palavras do entrevistado, uma “versão ribeirinha” – tradicional, popular, reconhecida pelos relatos vindos do passado, do “finado meu tio” – e uma versão criada pelo turismo, que se apropria do termo designativo da comunidade, recriando a versão sobre sua formação inicial.

Esse episódio evidencia os vínculos orgânicos entre a comunidade e o setor turístico local, vínculos estes urdidos por colaborações e tensões. Neste caso, a apropriação (simbólica) é parte do movimento de territorialização dos grupos promotores do turismo e da resistência da comunidade, num movimento contraditório de produção do território.

A comunidade Passo do Lontra se materializa, assim, enquanto uma comunidade tradicional situada numa região de forte atratividade turística, composta por algumas dezenas de família, que residem em palafitas construídas próximas ao cruzamento do Rio Miranda

com a Estrada Parque Pantanal (figura 1) e vivenciam um modo de vida característico de uma “identidade ribeirinha”.

Figura 1: Localização da Comunidade Passo do Lontra – Corumbá-MS.



Fonte: LASER - UFMS/CPTL. Organizado por Costa e Reis (2023).

Questionários aplicados junto à comunidade permitem compreender as bases de constituição dessa identidade. Como apontado no Gráfico 1, dos 16 entrevistados, 75% responderam que se consideravam ribeirinhos, dos outros quatro, que representam os 25%

restantes, dois não moravam na localidade, e encontravam-se lá apenas temporariamente. Um destes era adolescente e não soube responder, e o último é dono de uma pousada, identificando-se como empresário: “tenho uma propriedade e tenho casas de aluguel, *tenho como funcionários os ribeirinhos*, como: guias de pesca, roteiros, cozinheira” (João, entrevista realizada em 02/03/2023). Sua fala marca a distinção clara entendida entre empregadores e empregados, estando os ribeirinhos no segundo grupo.

Nota-se por sua vez, através do Gráfico 2, que as formas de trabalho de onde derivam a renda familiar estão diretamente associadas ao turismo, à pesca ou a ambos. Os três entrevistados (19%), que responderam *outras* formas de trabalho, são o adolescente, que não trabalhava e os dois que não moravam ali, tinham outras fontes de renda e estavam temporariamente.

Gráfico 1: Identificação como ribeirinho entre moradores da comunidade Passo do Lontra

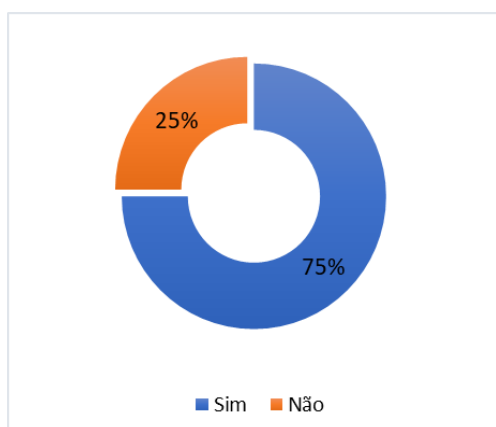
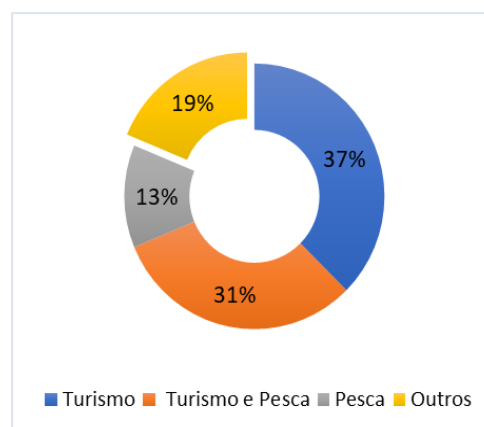


Gráfico 2: Principal fonte de renda entre moradores da comunidade Passo do Lontra



Fonte: Organização do autor (2023).

Através das respostas obtidas, identificamos que a identidade ribeirinha no Passo do Lontra se assenta em dois marcos fundamentais: o vínculo orgânico com a natureza, mediante a atividade pesqueira, e as relações de trabalho impulsionadas pelo turismo, que são mobilizadas como meio de renda pelos moradores, complexificando os sentidos do “ser ribeirinho” na localidade.

O primeiro desses marcos vincula-se diretamente à pesca artesanal, que se origina como uma necessidade para a reprodução econômica dessa comunidade e que possui uma dimensão bem mais complexa. O cotidiano praticado, vivido e concebido, no rio, pelos pescadores, através das gerações, cria um modo singular de “ler” a natureza, fundamentado num saber-fazer tradicional. Neste prisma, a natureza não é entendida como metáfora, mas

como espaço de vida, como condição concreta de trabalho (Silva, 2014a). Nessa ótica, a identidade ribeirinha “têm nas matas e nas águas toda simbologia expressa na sua cultura, diante de um espaço único, crítico e de muitas interpretações” (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 5), construída na vivência do rio e da pesca, espaço de uso coletivo em relação direta com a natureza, e como uma simbiose entre terra e água (Alves, 2018). Isso se explica pelo fato de que “as(os) pescadoras(os) artesanais possuem uma relação conjunta entre terra e água” (*ibidem*, p. 36).

Com base nessa perspectiva, se trata de pensarmos a comunidade Passo do Lontra enquanto uma comunidade tradicional, definida institucionalmente pelo decreto N. 6.040, isto é, como um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Essa dimensão do ribeirinho, se associa a um modo de vida que

[...] Retira do ambiente o seu sustento retribuindo-lhe com o respeito de não promover queimadas ou destruir suas matas. Conserva os rios e igarapés como bens preciosos de onde retiram o peixe para o sustento da família e algumas vendas. Não tem pressa, não precisa correr contra o tempo, pois este é determinado no seu cotidiano pelas atividades (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 6).

O segundo marco relacionado à identidade ribeirinha na comunidade Passo do Lontra, se liga intimamente ao turismo. Trata-se, entre diversas formas de ocupação com o turismo, da incorporação na comunidade da função de “guia turístico”, ou, “piloteiro”, como são chamados aqueles trabalhadores que, nos barcos, levam os turistas para os pontos de pesca e/ou observação da fauna/flora da região. Cabendo frisar que os pescadores artesanais e os pilotos não são dois grupos separados, e sim muitas das vezes os mesmos sujeitos.

Como apontado por Ribeiro e Moretti (2012b, p. 46), os ribeirinhos pantaneiros são tidos como os trabalhadores “ideais” para o turismo, pois:

As pessoas que vivem no Pantanal, ao longo do tempo, vão adquirindo experiências ambientais que as habilitam interpretar os ciclos da natureza, tais como, os períodos de cheia ou de seca, o comportamento e identificação dos sons dos animais, a época de florada das plantas e as ameaças que as ações humanas representam para aquele lugar.

O conhecimento tradicional, no Passo do Lontra, adquirido, acumulado e compartilhado através das gerações, transmitido também entre aqueles que se integram à comunidade vindos de fora, os torna trabalhadores dotados de um saber-fazer específico,

permite aos ribeirinhos, como nenhum outro grupo, saber, por exemplo, em quais pontos do rio se consegue pescar quantidades maiores de peixes, ou quais localidades os animais silvestres pantaneiros aparecem com mais frequência.

Silva e Ribeiro (2016, p. 131) afirmam que “a utilização dos recursos naturais como atrativo turístico tem permitido que o turismo se aproprie, não somente do espaço, mas em essência, de seus objetos naturais e de suas relações”. O empresariado turístico se apropria assim do próprio “saber-fazer” tradicional dos trabalhadores locais, tornando-os parte, na condição de mediadores, da “experiência de imersão” no pantanal.

A sobreposição das funções e os usos do território e seus recursos naturais entre a tradicionalidade ribeirinha e a perspectiva econômico-empresarial do turismo, à primeira vista, pode ser lida como complementaridade. Nesse viés, em condições desfavoráveis, num quadro de vulnerabilidade social, a atuação da população local no turismo poderia servir como recurso de reprodução econômica para os ribeirinhos, constituindo-se uma relação fundamentalmente positiva. Como afirma Ouriques (2015), os meios políticos e empresariais capturam e vendem o discurso de que o desenvolvimento do turismo é a grande alternativa para o futuro dessas localidades:

Nesse sentido, é apresentada a maneira mais adequada de se promover o desenvolvimento do turismo, já que sua notável expansão acaba atraindo lugares com problemas de crescimento. E, geralmente, assiste-se à competição entre regiões e lugares para o turismo. É divulgada, assim, a crença de que o turismo é uma grande fonte de empregos para as populações locais. Ao mesmo tempo, atribui-se, a ele, a capacidade de incrementar as receitas municipais tendo, portanto, impacto positivo sobre a distribuição de renda. Além disso, é difundida a ideia de que é uma atividade econômica não poluidora, capaz de promover um desenvolvimento ecologicamente sustentável (Ouriques, 2015, p. 11).

Porém, relatos obtidos por meio de entrevistas com ribeirinhos nos levam a considerar que a pesca artesanal, que permitiu a reprodução de seu modo de vida ao longo das décadas de existência da comunidade, nos últimos vem tendo sua dinâmica alterada:

Se vivia na base da pesca, pescador profissional tinha muito que vinha, e agora não tem mais nada de peixe, não sobreviveu. O gasto é muito, gasolina, óleo, ficou muito pesado. Tava conversando com uns rapazes que mora ali mais pra baixo, só de compra gastou cinco vezes do que vende. Vai manter como com peixe? Não tem mais jeito não (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

Em diversos relatos, a pesca turística acima dos limites permitidos é apontada como grande fator de diminuição nos últimos anos do volume de peixes no Miranda e fator de crise para a sobrevivência dos moradores, como afirmou um dos entrevistados: “Turismo pesqueiro

é o maior problema disparado do Pantanal, o impacto do turismo no pantanal é brutal” (José, entrevista realizada em 02/06/2023).

O entrevistado Sebastião confirma essa colocação:

Depois dos hotel fico muito ruim. Hoje o rio está sem conforto. Então, antigamente tinha muito peixe, muito peixe. Eu morei na Barra do meio, sete ano e oito meses. Você via Pintado acavalado na barranca. Hoje você não vê uma piranha aí, né? E para onde foi o peixe? Não sei. (Sebastião, entrevista realizada em 02/06/2023).

Além disso, o trabalho com o turismo no Passo do Lontra se caracteriza por ser em grande parte irregular, este aspecto é corroborado na declaração abaixo:

Carteira assinada bem poucos que têm. Os piloteiros não têm carteira assinada, trabalham por conta, nos hotéis aí, às vezes só quando tão trabalhando direto nos hotéis são obrigados a assinar carteira. Mas na maioria é assinado não, só quando tem risco de ir fazer uma vistoria lá que assina. E fica meio fixo. Mas maioria trabalha uns três dias e não assina, tem segurança de nada, se acidenta, não tem nada não consta nada (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

Ribeiro (2018b, p. 158) afirma que essas relações de trabalho de caráter irregular são heranças diretas do passado e “ainda hoje é possível encontrar características de relações mais rudimentares, presentes desde o início da implementação da pecuária de corte na região, como, por exemplo, a contratação de empregados a partir de acordos verbais”. Ocorrendo, assim, ao proveito dos interesses privados dos empresários dos hotéis da localidade, a mobilização de códigos relacionais e de contratação para o trabalho pautado por uma “ética da confiança”, cujo efeito é o aumento da vulnerabilidade econômica e social dos moradores da comunidade.

Precisamos, porém, pensar nos condicionante estruturais deste processo. A aceitação de relações de trabalho informais por parte dos moradores da comunidade pode ser considerado um reflexo dessa tradição da pecuária, que persiste no subjetivo desses sujeitos. Ademais a generalização do trabalho precário a nível global, a partir dos anos 1970, e em especial a precarização e avanço da informalidade no Brasil, se ligam diretamente a iminência do modelo neoliberal. Como nos mostra Harvey (2008), esse período marca a transição do um regime de acumulação fordista, que tinha em suas bases o trabalho formalizado, nos países Europeus mais avançado, incluso na política de bem-estar social, e no Brasil com a CLT, apesar de seu limites, para um regime de acumulação flexível, onde não apenas novos setores de serviços surgiram e se ampliaram, como suas formas de trabalho se flexibilizaram.

No caso dos piloteiros no Lontra, submetidos ao interesse turístico, seu saber-fazer ribeirinho é sujeito aos “altos e baixos” de uma atividade econômica fundamentalmente

capitalista⁸, constituído este saber-fazer uma mercadoria comprada e vendida como um serviço. Neste caso, o trabalho opera, sempre, com a mediação do capital, sob controle dos donos dos hotéis e agências turísticas, que passam a ter, no interior da comunidade, papel preponderante na definição de sua dinâmica interna:

Esse ano mesmo a pesca foi bem ruim porque o rio tava muito seco né e quando o rio tá seco não pega peixe aí fica difícil, aí os turistas começam a cancelar, quem tá pra vim não vem mais, aí quem vem, tem alguns que vem só pra passear mesmo, mas tem alguns que vem pra levar peixe aí, quando não pega fica reclamando, então fica bem difícil (Flávia, entrevista realizada em 05/11/2022).

O entrevistado Sebastião, que trabalha como piloto, afirma que “o ganho não é contínuo não, você trabalha às vezes quatro dias e fica quinze, vinte dias sem trabalhar” (Entrevista realizada em 02/06/2023). Segundo ele, o valor de uma diária de trabalho como guia é de 450 reais. Existem diversas variáveis que podem influenciar os valores pagos aos trabalhadores, inclusive para diárias inferiores. Fernandes (2024) evidencia relatos de diárias no valor de 180 reais, sendo necessário ainda descontar almoço e gasolina. No caso do entrevistado Sebastião, existem clientes fixos, que pagam valores acima de outros profissionais por desejarem a exclusividade do seu trabalho.

Fernandes (2024), indica que mulheres muitas vezes são preteridas na contratação de serviços de pilotos, ou contratadas apenas para funções “femininas”, como para faxina e cozinha. Figuras como a entrevistada Flávia, que conciliou o cuidado com os filhos e o trabalho nos hotéis e com a pesca por muitos anos, costuma ser usado, por vezes de forma um tanto romantizada, como exemplo de protagonismo da mulher pantaneira nas atividades econômicas. Fernandes (2024) reivindica um contraponto, evidenciando que esse protagonismo, que existe, isso é inegável, mascara a sobrecarga, a falta de acesso à educação, os salários que não se equiparam aos masculinos, necessitando buscar fontes de renda extra, e o adoecimento mental.

Ao longo de sua entrevista, Flávia relata que se mudou para o Passo do Lontra especificamente para trabalhar em um dos hotéis, passou a residir com os filhos e desenvolveu, ali, ao se inserir no modo de vida da comunidade, uma identidade ribeirinha, ou

⁸ Os efeitos econômicos dramáticos da diminuição do fluxo turístico, no contexto da pandemia da Covid-19, sobre a comunidade Passo do Lontra são uma evidência da vulnerabilidade decorrente da dependência ao turismo. Diversos moradores tiveram que sair da comunidade para encontrar empregos temporários nas cidades, ou morar durante esse período com parentes. Aqueles que permaneceram recorreram a pesca para subsistência, porém, a coincidência de um período de seca com a covid-19 aprofundou a crise em um golpe duplo para os moradores.

seja, através da relação orgânica com o rio, associada à proximidade geográfica, o que gerou um autorreconhecimento como “ribeirinho” por se integrar, como morador, neste espaço dotado de um “contexto ribeirinho”.

Eu comecei a ser ribeirinha quando eu mudei pra cá, né? Porque até então quando eu morava nos hotéis, eu trabalhava pros hotéis, aí agora eu tirei minha carteira profissional, sou pescadora profissional, então eu me considero uma ribeirinha agora, por eu ter minha casa aqui, porque aqui a comunidade é uma comunidade ribeirinha, todos nós somos pescadores, a gente não depende só da pesca, depende dos hotéis também, se a gente fosse depender só da nossa pesca profissional a gente passaria necessidade e muito, e mesmo assim a gente ainda tem ano que passa bem apertado (Flávia, entrevista realizada em 05/11/2022).

A cultura ribeirinha é, assim, reproduzida na esfera econômica e social em duas camadas, tendo a elas associadas distintos ritmos e sentidos atribuídos ao trabalho com o rio. A reprodução social a partir do rio na atividade pesqueira, tida como função “autenticamente ribeirinha”, como sugere a entrevistada Flávia, vincula-se a um ritmo e sentido fortemente associados à tradicionalidade ribeirinha, reproduzindo-se como atividade apoiada numa existência coletiva (“todos nós somos pescadores”, como afirmado pela entrevistada).

O conteúdo de sua fala, porém, é revelador de uma contradição em que se insere a Comunidade Passo do Lontra. A condição ribeirinha é associada diretamente à pesca, cuja dinâmica é alterada pela presença do turismo. Essa alteração exige da comunidade uma alternativa: o turismo. A instabilidade causada por um emprego incerto, em que os vínculos formais são frágeis ou inexistentes, coloca os ribeirinhos em uma condição de insegurança socioeconômica grave.

De qualquer maneira, seja na relação direta pela pesca, seja indiretamente com as funções de serviço ao setor turístico, está presente uma profunda ligação entre os moradores e o rio Miranda. Esta ligação é evidenciada pelo entrevistado Sebastião: “É o rio, é a nossa base, é o rio, é o nosso conhecimento, é o rio” (Sebastião, entrevista realizada em 26/09/2022). Este vínculo orgânico com o rio aparece, também, entre aqueles que responderam os questionários. Quando perguntados sobre o que significa o rio, 70% dos entrevistados responderam apenas que o rio “é tudo”.

Essa conexão profunda permitiu à população ribeirinha desenvolver uma visão aprofundada do funcionamento do rio, do comportamento das espécies animais, dos ciclos de precipitação e seca. Esses saberes se tornam evidentes nas palavras de seu Antônio. Quando o mesmo se refere às cheias e as secas do Rio, afirma se tratar de um fenômeno cíclico,

demonstrando um grande conhecimento sobre a dinâmica natural do bioma pantanal e em específico o Rio Miranda:

Faz 11 anos, então, desde a última cheia e tá pra vim outra cheia de novo. Já falei pro pessoal preparar, vai perder muito gado quando encher de novo, tá perto. Começar tirar o gado já, a água vai vim de uma vez... Não vence tirar o gado não, vai perder gado. Não tão acreditando. Sempre foi assim, 10 anos de cheia, 10 anos de seca (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

Esta afirmação se provou verdadeira, já que no início de 2023 ocorreu uma grande cheia, noticiada pelo Jornal Nacional em março daquele ano: “‘Estamos tirando o gado do Pantanal que está enchendo agora, para prevenir da enchente’, conta o peão.” (Jornal Nacional, 2023).

As palavras de seu Antônio evidenciam que os efeitos da atividade turística na comunidade ribeirinha não se expressam como apagamento do saber-fazer ribeirinho, tampouco como perda, pelo menos a curto prazo, do conhecimento da dinâmica ambiental vinculada ao rio. Trata-se, na verdade, da subordinação desse conhecimento a uma atividade econômica cujos ganhos econômicos concentram-se fora e nas mãos de sujeitos externos à comunidade, imprimindo-se, localmente, uma lógica de uso do rio e da força de trabalho dirigida desde longe.

De forma paralela e contraditória, porém, o capital turístico cria condições para uma (re)existência da comunidade Passo do Lontra enquanto comunidade tradicional e ribeirinha, na medida em que “a elucidação de seus saberes tradicionais traz elementos que reforçam sua identidade sobre o território e projetam possibilidades outras de existência” (Ferreira, 2006, p. 62). Partindo de Marx, Harvey (2005) observa que uma tendência histórica do capitalismo é transformar e absorver modos de vida que fogem do padrão tipicamente capitalista. Contudo, como pudemos observar, a apropriação desse conhecimento tradicional enquanto parte da “experiência turística”, no Passo do Lontra, permitiu a esses sujeitos o acesso à renda e a trabalho. Neste caso, a reprodução da pesca artesanal e a profunda ligação com o rio Miranda reafirmam a posição dos ribeirinhos como pertencentes e produtores desse território e permitem a manutenção de um modo de vida coletivo e não tipicamente capitalista, pois, “pelo fato de [se] produzir para sua subsistência [se] está diretamente envolvido pela relação não capitalista de produção” (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 7).

Refletindo sobre a interpelação de diferentes formas sociais de trabalho, capitalistas e não capitalistas, Hobsbawn (1985) cita Engels:

[...] é certo que a servidão e a vassalagem não são, especificamente, formas medievais, ocorrem por toda a parte [no século XIX], ou quase, onde os conquistadores fizeram os habitantes nativos cultivar o solo para eles. [...] Os primeiros capitalistas já encontraram o trabalho-assalariado como uma forma. Mas o encontraram como algo ancilar, excepcional ou temporário, ou um ponto de transição (Engels *apud* Hobsbawn, 1985, p. 58)⁹.

E afirma:

Esta distinção entre modos de produção caracterizados por certas relações e as "formas" de tais relações, que podem existir numa variedade de períodos ou situações econômico-sociais estava, já, implícita no pensamento marxista inicial [...] Relações sociais básicas, necessariamente limitadas em número, são inventadas e reinventadas pelos homens em numerosas ocasiões e de todos os modos de produção [...] serem complexos feitos de toda espécie de combinação delas. (Hobsbawn, 1985, p. 58-59).

Desta forma, ainda que em dependência em relação ao trabalho com o turismo, foi através dele que essa população pôde resistir a um apagamento cultural, se reinventando taticamente como forma de resistência. Pode ser observado, por exemplo, que, aproveitando o alto fluxo de turistas estrangeiros, muitos dos ribeirinhos aprenderam o básico de diversas línguas, como é o caso do entrevistado José, que afirma falar inglês, espanhol e alemão.

Essas especificidades expressam de forma tensa e contraditória a relação entre capital e trabalho no Passo do Lontra. O turismo visto enquanto promotor de trabalho e fonte de renda encontra nos trabalhadores ribeirinhos a mão de obra “ideal”, a apropriação de seu conhecimento tradicional se integra a experiência da mercadoria-turística, garante a atratividade aos turistas, de serem conduzidos por “nativos”, e representa um meio de trabalho aos moradores. Diversos processos se mascaram sob a aparência de complementariedade: o subemprego, diversas formas de trabalho precarizado, as tensões sociais que as diferenças na remuneração promovem e a ligação direta entre o avanço de setores do agronegócio que estão vinculados ao turismo, que trataremos no próximo item.

Ainda que tenham sido criadas condições para a reprodução e reexistência de uma cultura ribeirinha tradicional, o processo de apropriação capitalista do território está associado fortemente a um processo de degradação ambiental que coloca em crise e em xeque a manutenção desse modo de vida. A lógica expansionista capitalista, que se funda nas explorações do trabalho e da natureza, tem na mercantilização do rio Miranda pelo turismo um paralelo com a exploração da natureza pelos pecuaristas no Pantanal. Como afirmado

⁹ Comentário nosso entre colchete.

anteriormente essas figuras, proprietários fundiários e promotores do turismo, se confundem por vezes nos mesmos sujeitos.

O caráter do emprego precarizado no Lontra tem conexões com o domínio do agronegócio no Mato Grosso do Sul e, em especial, em Corumbá. Um recurso adotado tem sido buscar empregos temporários nas cidades próximas, nos momentos de baixo fluxo turístico. Nas épocas do ano de pesca proibida o problema se exacerba, pois, como relatado pela entrevistada Flávia, poucos moradores têm a carteira de pescador profissional, que dá direito ao seguro defeso em épocas de piracema¹⁰.

A diminuição do volume de peixes do rio Miranda, relatada pelos entrevistados, não tem, seguramente, uma única causa definida. Na verdade, apesar do turismo ser apontado pelos moradores como o principal responsável, olhando para a totalidade, existem condicionantes mais graves a serem analisados, cabendo, numa investigação mais detida, mapear os demais possíveis fatores agravantes da exploração da natureza, associada à presença do capital na região.

¹⁰ Seguro Defeso é um pagamento feito pelo Governo Federal ao pescador artesanal, que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie.

4. O RIO E A COMUNIDADE: DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO SUA CONTRAFACE

“A atividade turística destrói o que proporciona a sua existência”.
Edvaldo Moretti.

Não buscaremos aqui esgotar a discussão sobre a degradação da biodiversidade do rio Miranda. Propomo-nos, tão somente, a fornecer alguns pontos balizadores de reflexão que evidenciam os nexos entre a atividade econômica do turismo e os impactos socioambientais no pantanal, particularmente na comunidade Passo do Lontra, objeto de nosso estudo.

De início, cabe elencar e analisar, ainda que brevemente, quatro possíveis fatores associados à diminuição do volume de peixes na bacia hidrográfica do rio Miranda, que atravessa a comunidade Passo do Lontra.

De modo mais amplo, o primeiro fator que pode ser considerado como relevante para explicar a diminuição do volume dos peixes na região são as mudanças climáticas globais, entendidas como a “ruptura nos padrões de comportamento das variáveis climáticas” (Acsehrad, 2022, p. 3), enfrentadas ao longo dos séculos XX e XXI, compreendidas, fundamentalmente, a partir do fator **social**: quanto a suas causas; quanto às ações de enfrentamento (ou a falta delas) e quanto aos impactos nos grupos humanos (Acsehrad, 2022).

No livro “Capitalismo e colapso ambiental”, Marques (2015) faz uma análise profunda dos impactos das ações humanas, regidas e manipuladas pelos interesses das burguesias. O autor elenca algumas causas para as crises ambientais, em consequência do modo de produção:

[...] poluição do ar, dos solos e da água, envenenamento alimentar, aquecimento global, secas, escassez hídrica, desertificação, incêndios devastadores, eventos meteorológicos extremos, enchentes, ondas de frio e calor capazes de ameaçar a segurança energética, elevação do nível do mar, subsidência dos deltas, cidades obstruídas por carros e lixo, com graus crescentes de insalubridade sanitária, química e hídrica (Marques, 2015, p. 18).

Mais especificamente, como aponta Marques (2015), as mudanças climáticas globais podem ter suas causas ligadas diretamente a fatores como: (1) diminuição das matas vegetais nativas; (2) esgotamento dos recursos hídricos (fatores que implicam diretamente nos processos de evapotranspiração e precipitação); (3) queima de combustíveis fósseis e poluição industrial (que impactam diretamente na produção de gases de efeito estufa e aumento de temperatura), entre diversos outros. Todas essas ações são rastreáveis desde a expansão

colonial, acumulação primitiva e revolução industrial, sendo parte condicionante do desenvolvimento capitalista.

Em todos esses momentos históricos, o Estado, incluindo o brasileiro (Marques, 2015), foi não apenas apoiador e financiador, como foi agente ativo na degradação ambiental.

Olhando para o Passo do Lontra, Moraes (2023) analisou uma série histórica de 30 anos de dados de precipitação no pantanal, notando uma variabilidade entre anos muito secos e muito chuvosos. Porém, através de entrevistas realizadas com os moradores do Passo do Lontra, foi relatado que as chuvas têm reduzido a cada ano, e os períodos de seca estão cada vez mais intensos. O ano de 2019 “é considerado o ano mais seco da série histórica de 30 anos” (Moraes, 2023, p. 30).

Além de impactar o interesse dos turistas nessas épocas, consequentemente afetando a renda da comunidade, na seca, o nível de água dos rios do pantanal se reduz drasticamente, impossibilitando a sobrevivência de diversas espécies de peixes. Além disso, a súbita mudança para a estação chuvosa depois de seca prolongada, evento identificado por Moraes (2023), intensifica o fenômeno natural da “decoada”¹¹, que causa mudanças na qualidade da água, amplificando seus efeitos na mortandade de espécies.

O segundo dos fatores, como já elaboramos anteriormente, está associado à pesca predatória em decorrência do turismo no rio Miranda. Como afirma Moretti (2006, p. 59-60):

Esta pressão sobre o pescado tem promovido à destruição desta possibilidade, ou seja, a atividade turística destrói o que proporciona a sua existência [...], pois a atividade turística, para ser rentável economicamente para as empresas que atuam no setor, produz um espaço que destrói o ambiente natural, alterando as condições naturais que permitem a existência do peixe.

Porém, existem outros agravantes relacionados a presença do turismo na região, que extrapolam a pesca. Em 2023, existiam na comunidade Passo do Lontra 10 hotéis e/ou pousadas e três chalanas¹² em atividade, que segundo o entrevistado José, juntas podiam acomodar pelo menos 500 turistas ao mesmo tempo, levando em conta que os passeios de barco para contemplação e pesca estão entre as principais atividades, e que cada barco tem

¹¹ O extravasamento da água dos rios para a planície inundável submerge solo e vegetação. Começam a ocorrer processos de decomposição da matéria orgânica submersa, levando à formação de ambientes com baixos níveis de oxigênio e elevados de CO₂, que causam mortandade de peixes (Oliveira *et al*, 2013).

¹² Embarcação com fundo plano com cabines para os passageiros, populares no pantanal, usadas hoje principalmente pelo turismo. Foram nacionalmente conhecidas através da música “Chalana”, de Mario Zan e Arlindo Pinto, interpretado por Sérgio Reis e Almir Sater.

capacidade média de 10 passageiros. José afirma que em momentos de pico podia se ter até 50 barcos se movimentando pelo rio Miranda.

Teixeira *et al.* (2000) elaboraram uma Avaliação de Impacto Ambiental (tabela 1), no Passo do Lontra, há 25 anos, onde foram identificados, em razão do alto tráfego de embarcações, degradação nos solos, água e fauna.

Tabela 1: Avaliação de Impacto Ambiental.

<u>Fator Afetado</u>	<u>Impactos/Efeitos Ambientais</u>
Solo	- O tráfego de embarcações, utilizados de forma intensa tanto pela pesca profissional, quanto pela atividade turística, ocasionam a formação de “marolas” que atingindo as margens dos rios provocam um processo de erosão, principalmente em trechos desprovidos de mata ciliar ou qualquer outra proteção.
Água	- O leito do rio está sofrendo transformações, tanto pela formação de bancos de areia com consequente diminuição da lâmina d’água, quanto pelo revolvimento limnológico provocado pelo tráfego das embarcações. - Carreamento de solo, resultante da erosão das margens, compromete a qualidade da água em diversos parâmetros tais como: cor, turbidez, OD, transparência, sólidos e outros. - Os resíduos de óleo e gasolina lançados na água pelos motores das embarcações são outra importante fonte de poluição.
Fauna	- Tendência dos animais terrestres das margens e os aquáticos se refugiarem em regiões mais favoráveis e tranquilas. - Desenvolvimento do comércio de peixes, surgindo a pesca indiscriminada, ocasionando uma escassez de certas espécies. - Hábito de alimentar os animais, tornando-os mais vulneráveis ao seu meio.

Fonte: Teixeira *et al.* (2000), organização do autor (2023).

A expansão do turismo no último quarto de século nos indica que essa degradação se ampliou exponencialmente. O que nos leva ao terceiro fator, diretamente ligado ao primeiro, como observado na tabela 1, a erosão das margens do Miranda, que contribuem para a perda da qualidade da água do rio. Gazolla e Gonçalves (2017) corroboram a análise de impacto no solo descrita, ao estudar a erosão do rio Miranda, identificando no período de um ano (outubro de 2014 a outubro de 2015) a perda estimada de aproximadamente 12 toneladas de solo ao longo das margens. Segundo os autores, “o material erodido passará a fazer parte de um sistema complexo envolvendo erosão, transporte e deposição, onde potencializa a própria erosão” (Gazolla; Gonçalves, 2017, p. 149-150). A erosão, que é um processo natural, acaba sendo acelerada devido as ondas frequentes produzidas pelas embarcações, cujas margens que

perderam a mata ciliar estão ainda mais suscetíveis a degradação (figura 2). Como apontado na tabela, esse grande fluxo de sedimentos erodidos afeta em vários aspectos as águas do rio, além de contribuir para a escassez dos peixes, pois o rio Miranda deixa de oferecer, em certa medida, condições favoráveis à sua reprodução.

Figura 2: Margem desmatada em frente a pousada Jungle Lodge, próxima a comunidade Passo do Lontra.



Fonte: Autor (2022).

Pode se dizer, ainda, que o avanço da atividade turística sem se levar em conta a conservação ambiental se configura como um “tiro no pé”, pois, como apontado por Teixeira *et al.* (2000), existe uma tendência ao afastamento dos animais exóticos das margens, que são justamente parte da experiência turística de contemplação, e como apontado anteriormente pelos entrevistados, a escassez dos peixes além de afetar a pesca artesanal, afeta o fluxo do turismo pesqueiro, atingindo também, diretamente a renda dos moradores.

Um quarto fator que pode ser considerado como explicativo para a diminuição do volume de peixes no Rio Miranda, são as alterações na qualidade da água dos rios do Pantanal associadas ao avanço da agropecuária nos planaltos adjacentes às nascentes da bacia hidrográfica do Paraguai. Podemos observar esse fenômeno utilizando como recorte a bacia hidrográfica do rio Miranda, que tem a comunidade Passo do Lontra localizada a poucos quilômetros de sua foz, no rio Paraguai.

Na figura 3, referente ao ano de 1985, notamos a prevalência (44,59%, gráfico 3) da cobertura florestal, seguida principalmente de pastagem (23,78%, gráfico 3) e poucas áreas destinadas à agricultura (0,42%, gráfico 3).

Por sua vez, a figura 4 demonstra, trinta e oito anos depois¹³, a expansão da agropecuária e o desmatamento de áreas naturais. Nesse decorrer de tempo, em relação a 1985, a bacia perdeu 31,41% da área original de vegetação nativa (aproximadamente 600 mil ha, tabela 2), representado 14,01% a menos de vegetação em relação à área total da bacia (gráfico 4), quase a mesma porcentagem de crescimento da pastagem (14,2% da área total, gráfico 4). A expansão por classe mais significativa foi da agricultura, que cresceu mais de 1.820%, em relação à área ocupada em 1985 (307.856 ha a mais) (tabela 2).

Existem muitas implicações relacionadas à substituição de vegetação nativa pela pastagem, estando entre elas a perda da diversidade de espécies vegetais, o que impacta na fauna, resultando na saída de animais da região. Por ser uma vegetação que não está adaptada às dinâmicas de seca do pantanal, em períodos intensos de estiagem as pastagens criam condições para a proliferação de focos de incêndio (Morais, 2023), que se espalham largamente, afetando, além da fauna e flora pantaneira, a saúde das populações locais. Além do mais, sendo o solo do pantanal arenoso, a substituição pela pastagem causa alterações no escoamento de águas superficiais e risco de instalação de processos erosivos. Entre as consequências disso, como apontamos anteriormente, está a mudança da qualidade da água e o assoreamento de rios e nascentes.

Os impactos do avanço da agricultura, por sua vez, têm efeitos tão drásticos quanto os já mencionados. Dorés (2008) identificou ampla contaminação no rio Miranda por agrotóxicos, em decorrências dos cultivos de soja, cana-de-açúcar, algodão e milho na região do planalto e de arroz já na planície pantaneira.

Os princípios ativos foram analisados por método multiresíduo e CGEM em amostras de sedimento de 21 pontos de amostragem em toda a bacia do rio Miranda, coletadas em maio e dezembro de 2005. Os compostos detectados foram: Piretróide (l-cialotrina), de baixa persistência, mas de **alta toxicidade para peixes e invertebrados aquáticos** (córrego Cachoeirão, rios Aquidauana e Miranda); Dieldrin e p,p' DDE, em 100% das amostras; e o p,p' DDT, de uso proibido, encontrado no rio Miranda e em um canal de irrigação de rizicultura em valor elevado. Os três últimos foram detectados em valores acima dos limites da Resolução CONAMA 344/04, implicando em alto potencial de efeitos adversos à biota (Dorés, 2008, p. 1, *grifo nosso*).

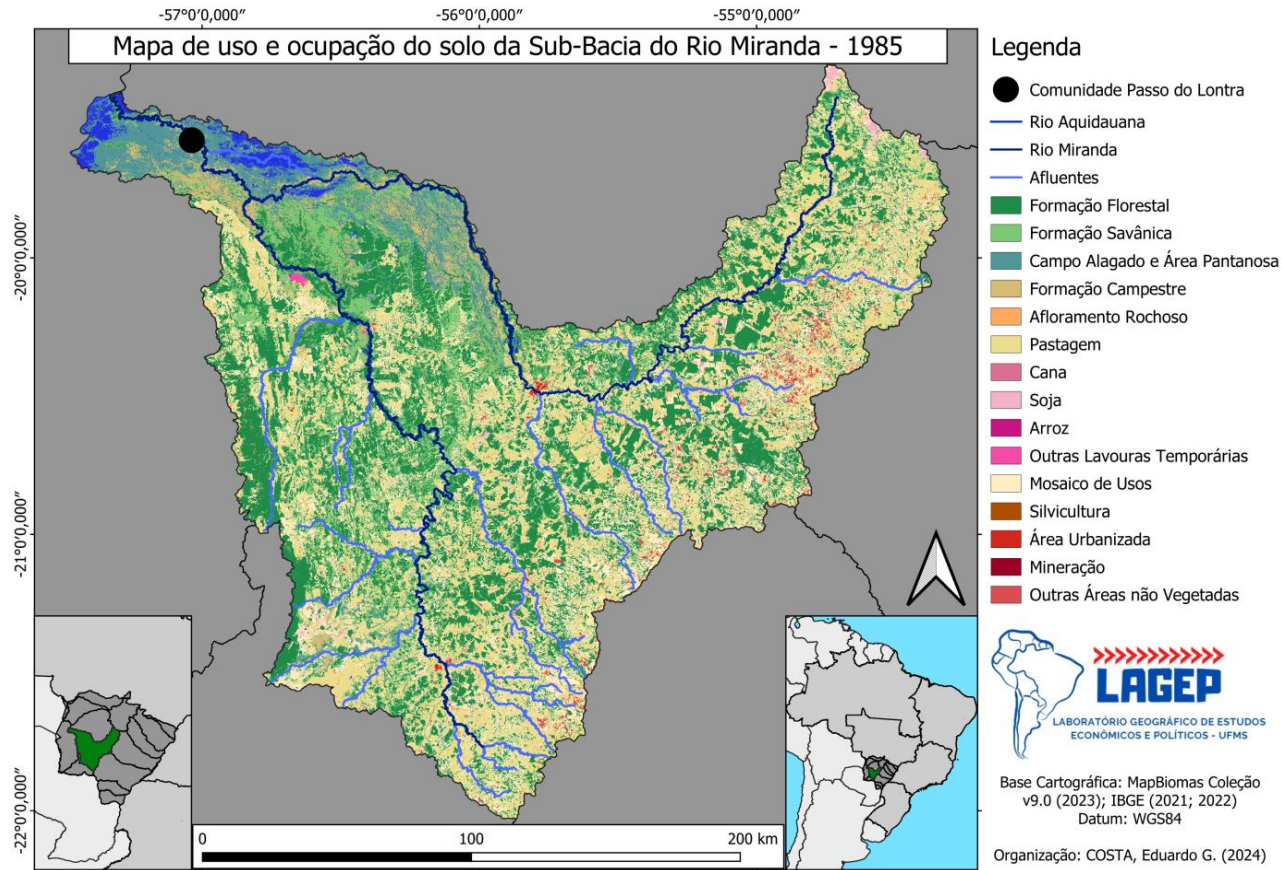
Segundo os dados do MapBiomas Brasil (2024), em 2005, recorte temporal do estudo de Dorés, a agricultura ocupava uma área de 155.424 ha da bacia do Miranda, menos da metade da área ocupada pela mesma atividade no ano de 2023 (tabela 2), isso nos leva a

¹³ Os dados mais recentes disponibilizados pelo MapBiomas Brasil são de 2023.

considerar que a contaminação por agrotóxicos na bacia hoje pode ser quantitativamente muito maior do que era em 2005.

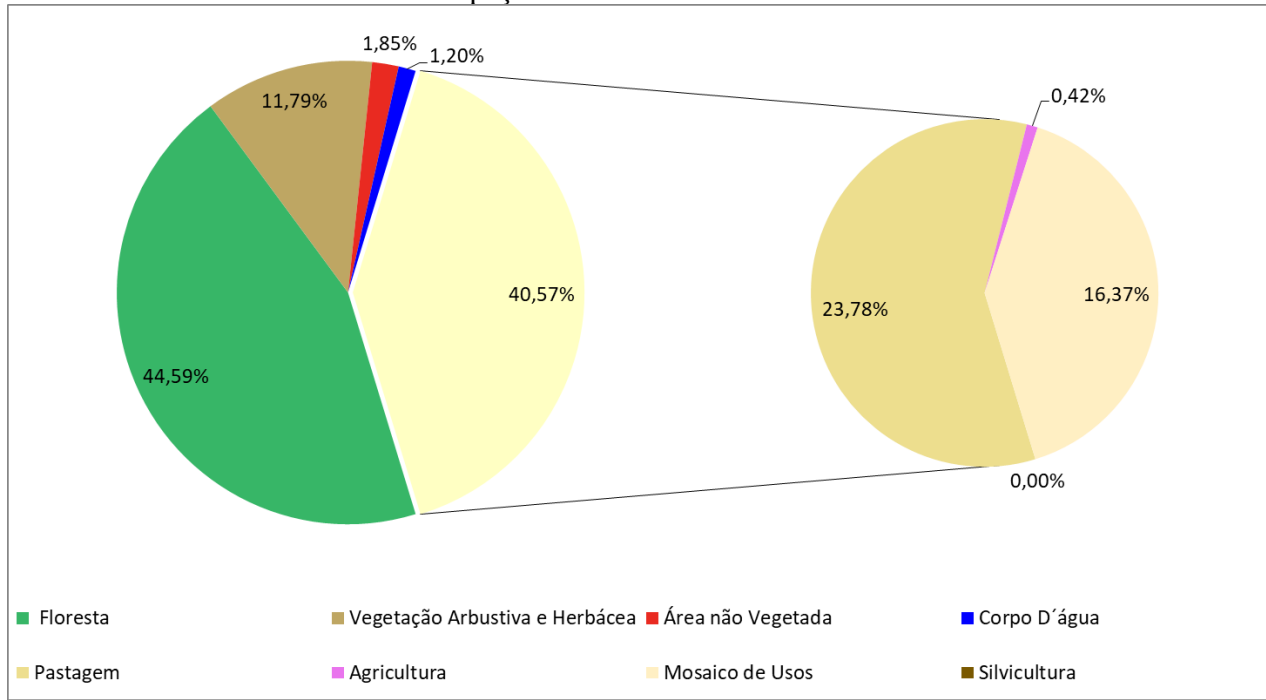
Observando atentamente a figura 4, pode-se notar que as áreas destinadas à agricultura estão todas ao redor de nascentes que desaguam no rio Miranda. Cabe lembrar também que a comunidade Passo do Lontra está muito próxima da foz do rio Miranda, ou seja, à jusante, para onde escorrem todos os contaminantes químicos do planalto.

Figura 3: Mapa de uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Miranda – 1985.



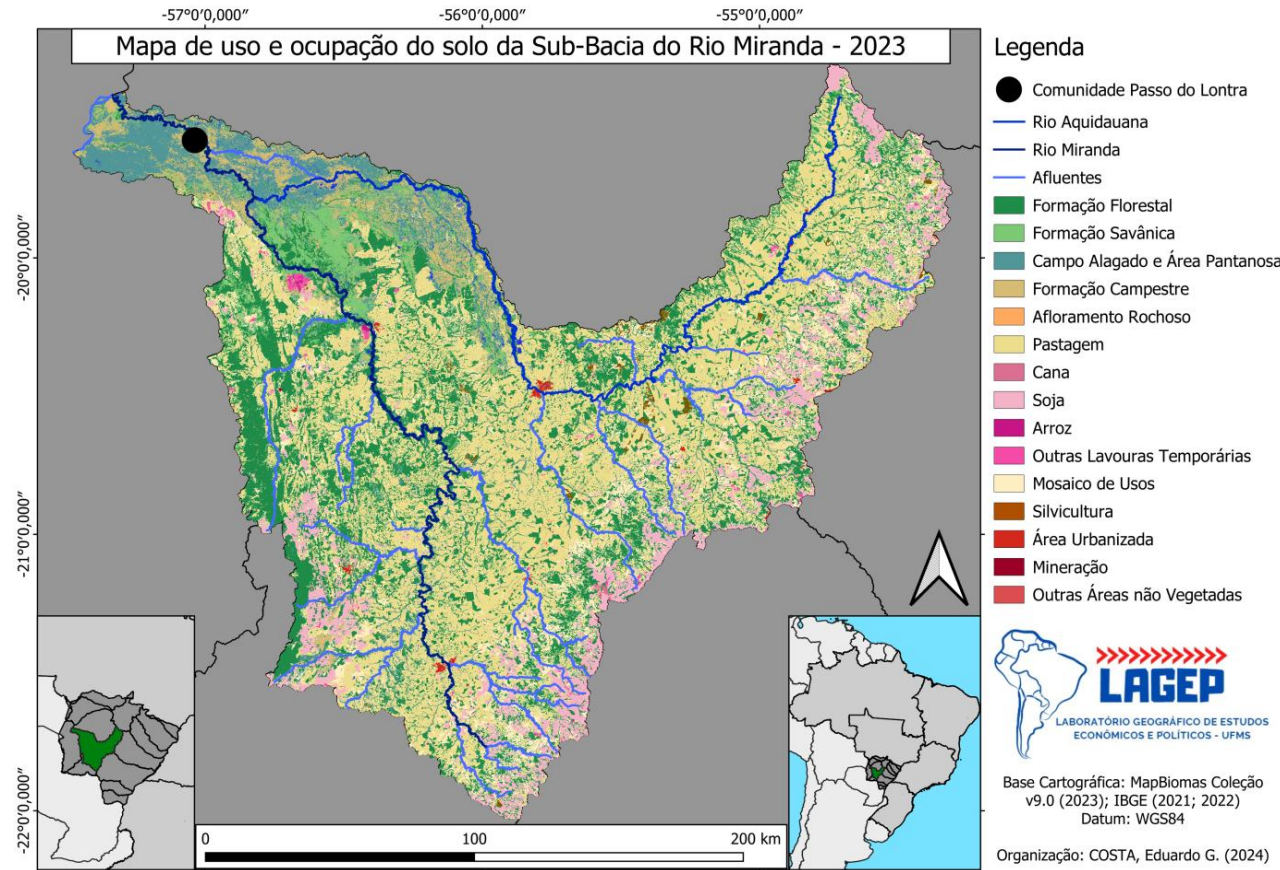
Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024), organização do autor.

Gráfico 3: Uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Miranda – 1985.



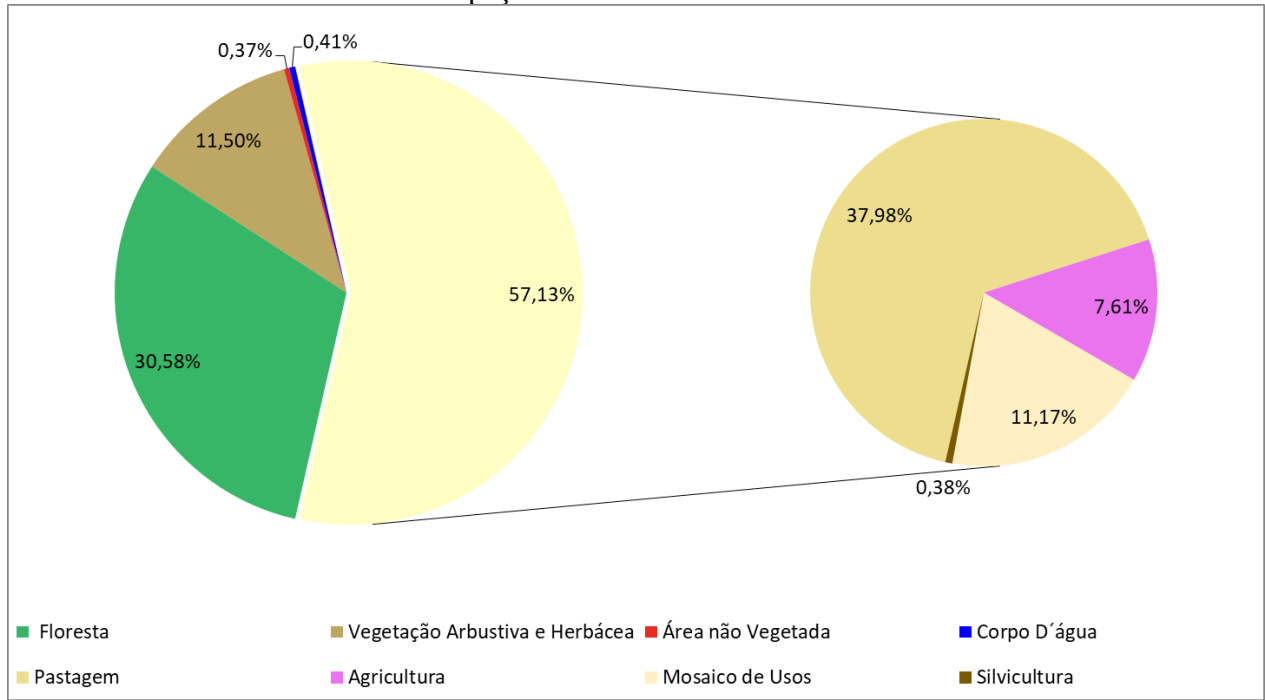
Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024), organização do autor.

Figura 4: Mapa de uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Miranda – 2023.



Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024), organização do autor.

Gráfico 4: Uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Miranda – 2023.



Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024), organização do autor.

Tabela 2: Uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Miranda – 1985 e 2023.¹⁴

Tipo de uso e ocupação do solo	Área em hectare	
	1985	2023
Floresta	1.907.878	1.308.533
Vegetação Arbustiva e Herbácea	504.513	491.942
Área não Vegetada	79.139	15.975
Corpo D'água	51.364	17.717
Pastagem	1.017.519	1.624.757
Agricultura	17.845	325.701
Mosaico de Usos	700.207	477.765
Silvicultura	0	16.077
Total	4.278.465	4.278.467

Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024), organização do autor.

Segundo o dossiê “Os Gigantes”, lançado pelo observatório “De Olho nos Ruralistas” (Bassi; Bataier, 2024), 55 dos prefeitos e vices, dos 100 maiores municípios, em extensão territorial, do país, possuem imóveis rurais ou empresas agropecuárias. Entre eles o prefeito de Aquidauana-MS, município onde está parte da bacia do Miranda, Odilon Ribeiro, que junto com seu irmão, Zelito Alves, é

alvo de um inquérito civil oferecido pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) para apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 21,32 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Iguaçu, no mesmo município (*ibidem*, p. 19).

Essas “Agro-Prefeituras”, como chamadas por Bassi e Bataier (2024), além da famosa bancada ruralista no Poder Legislativo, exemplificam de modo cristalino a ligação profunda entre o Estado e os empresários da agropecuária.

4.1 CONDIÇÕES DE VIDA NA COMUNIDADE.

A comunidade Passo do Lontra se localiza em um ponto “cego”, no que se refere ao acesso pelo poder público-estatal. Faz parte do município de Corumbá-MS (a 128 km de distância da sede municipal), porém se localiza mais próxima da cidade de Miranda-MS (a 110km de distância). No passado, segundo relatos dos moradores obtidos por meio de diálogos informais, o rio que corta a comunidade também teria sido a divisa dos municípios: metade do Passo do Lontra era de Corumbá e a outra metade de Miranda.

¹⁴ O MapBiomas Brasil pode apresentar erros de cálculo de 0,2% à 0,5%, isso explica a diferença de 2 hectares no total de área entre os anos de 1985 e 2023.

Ainda que o decreto nº 6.040 de 2007 disponha sobre a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (PNPCT), o Passo do Lontra não tem reconhecimento como comunidade tradicional, de modo que a PNPCT não alcança os ribeirinhos daquela localidade.

No trabalho de campo em 2023, foram observadas as condições sanitárias precárias dos moradores, não existindo sistema de esgoto, poucas pessoas têm fossas sépticas e aquelas que não têm jogam os dejetos no rio. Não existe água tratada, sendo utilizada a água do rio para serviços domésticos, e, para o consumo, o custo era, naquele ano, de dezessete reais (R\$ 17,00) cada galão de 20 litros de água mineral. Existe coleta de lixo uma vez por semana, porém na semana em que foi realizado um dos trabalhos de campo, o caminhão não passou, expondo ausência de regularidade. O lixo estava espalhado pelas vielas, tornando o ambiente propício para disseminação de pragas e doenças.

Poucas pessoas da comunidade possuem o Registro de Pescador Profissional (RGP) – cerca de 10 pessoas, segundo a entrevistada Flávia. Este é o documento que garante um auxílio para os pescadores nos meses da pesca proibida. Os demais moradores durante os quatro meses de piracema precisam recorrer a outros tipos de trabalho para sobreviver e é neste período que muitos saem temporariamente da comunidade em direção às cidades próximas em busca de empregos temporários.

Não existe nenhum incentivo por parte da prefeitura de Corumbá, e nem do governo do Mato Grosso do Sul, que facilite a emissão da RGP: “O meu filho fez ta com uns dois anos, ficou em 1500 reais, pra fazer tudo” (Flávia, entrevista realizada em 05/11/2022). Esse é, segundo Flávia, levando em consideração transporte e as documentações, o custo de emitir o Registro para um morador da comunidade.

O atendimento médico só é realizado nas cidades de Corumbá ou Miranda. Projetos de extensão da UFMS que proporcionavam voluntariamente esses serviços, desde a pandemia da Covid-19, estão desativados. Não existe iniciativa por parte do Estado de levar serviço de saúde até a comunidade.

O ensino básico para as crianças que era ofertado na base da UFMS, localizada próximo à comunidade, também foi desativado. Durante um ano inteiro não se teve nenhum acesso à educação, até a prefeitura de Corumbá organizar uma escola no posto da polícia militar ambiental, no “Buraco das Piranhas”, na entrada da estrada parque (8,6 km de distância da comunidade).

A maioria das casas construídas na comunidade é irregular, por não se respeitar a distância mínima do rio. Segundo Flávia, teve início um projeto de realocação dos moradores para outra localidade, porém, nunca saiu do papel. Existia uma pressão por parte dos proprietários dos hotéis por essa realocação, e estava longe de ser por proteção ambiental:

Reclamavam muito, porque antes não tinha aquela entrada por lá né, era só por aqui, então a briga deles sempre foi que nós aqui, a comunidade, era a entrada do hotel deles, aí eles falavam que por ser entrada do hotel era muito sujo, muito mal cuidado (Flávia, entrevista realizada em 05/11/2022).

É perceptível, assim, o descaso do Estado para as necessidades básicas dessa comunidade. A precariedade das condições de habitação se soma a instabilidade de oferta de trabalho, devido à variabilidade do fluxo de turistas e ao baixo índice de trabalho formalizado, produzindo e reproduzindo uma condição de dependência do ribeirão ao trabalho com o turismo. Contraditoriamente, isso cria condições, nas brechas, para a resistência de seu modo de vida, que é constantemente colocado em crise pelas degradações ambientais relacionadas a atividade turística (para as quais o poder público fecha os olhos).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Passo do Lontra foi formada a partir da pesca como um meio para a reprodução da vida de famílias desempregadas com a crise e subsequente modernização da pecuária, ocorrida no fim da década de 1970. O turismo se territorializa em paralelo à formação de um modo de vida ribeirinho na região. Essa cultura é moldada em coexistência com o turismo, e é apropriada pelo mesmo. A mudança do nome Passo da Lontra para Passo do Lontra não se dá por simples ortografia. Passo do Lontra é uma mercadoria, vendida nacional e internacionalmente. As relações de trabalho estabelecidas, contudo, ainda que esta atividade seja fonte de renda e emprego, são irregulares e precarizadas, estando submetidas à instabilidade crítica do modo de produção capitalista.

Problematizamos neste trabalho, de modo mais geral, um processo de apropriação capitalista da tradicionalidade ribeirinha mediante a incorporação na lógica econômica do turismo do saber-fazer tradicional da comunidade, representado pelos conhecimentos tradicionais dos ciclos e das dinâmicas da natureza viva do rio, incorporado a essa dinâmica o chamado “piloteiro”, responsável por guiar os turistas pelo rio, vende não apenas sua força de trabalho, mas sua própria figura como ribeirinho e sua subjetividade, sendo convertidos em experiência turística comercializável.

Contraditoriamente, essa apropriação do “saber-fazer” ribeirinho pelo capital cria condições para a manutenção desse modo de vida tradicional, nas brechas da apropriação capitalista, permitindo aos homens e mulheres da comunidade se reinventarem taticamente como forma de resistência, aprofundando a ligação da identidade ao território.

Os impactos socioambientais objetivos desse processo, contudo, merecem destaque, especialmente aqueles relacionados à queda vertiginosa do volume de peixes no rio Miranda, que coloca a comunidade em uma “encruzilhada socioambiental”. Entre as causas, podem ser citadas: a pesca predatória decorrente do turismo, que se esconde por trás de um discurso ecológico e promotor de desenvolvimento sustentável, mas que na realidade produz um espaço de degradação ambiental; as mudanças climáticas globais, consequência do desenfreado desenvolvimento predatório e degradante do capitalismo, que impacta diretamente na dinâmica de precipitação, cheias, secas e qualidade da água dos rios do pantanal; e, por fim, o avanço da agropecuária na bacia hidrográfica do rio Miranda, que aumenta o desmatamento da vegetação nativa, contribuindo para condições propícias a focos de incêndio, processos erosivos e assoreamento de rios e córregos, além da contaminação por

agrotóxicos dos corpos hídricos em decorrência da expansão da agricultura nos planaltos subjacentes ao pantanal.

Todas essas fontes de degradação, além do desenvolvimento do turismo na região, podem ser ligadas diretamente ao Estado, nas escalas municipal, estadual e federal. O Estado assume uma posição de presença e não presença, contribuindo significativamente para a insegurança socioeconômica dos moradores, em contrapartida o empresariado é constantemente agraciado pela atenção do poder público, assumindo o lugar financiador, promotor e agente ativo, do ecoturismo como um orgulho da região, garantindo o pleno desenvolvimento capitalista e a precariedade social como sua contraface.

A identificação e análise dos nexos, frequentemente tensos, entre a condição ribeirinha e a atividade econômica do turismo, tendo o trabalho como mediação, aqui realizadas, constitui-se uma iniciativa relevante, ainda que insuficiente, aos desafios postos em escala local. Tal relevância se expressa seja pela perspectiva de avanço do conhecimento acadêmico sobre o tema a partir de um referencial empírico preciso, seja pela contribuição com o debate público sobre o tema, seja ainda pela produção de reflexões que possam embasar ações práticas como a proposição de políticas públicas que incidam sobre populações ribeirinhas sujeitas a pressões econômicas do turismo. Nessa perspectiva, procuramos apresentar, com base no aporte teórico utilizado e sua aproximação à realidade em estudo, um ponto de vista mais amplo de um problema visto, com frequência, de modo unidimensional (o trabalho em si, o turismo em si...). Em outras palavras, numa análise que se pretendeu relacional, procuramos evidenciar que, entre os sujeitos sociais investigados, a dimensão do trabalho é indissociável do ambiente, como condição necessária à sua existência. De maneira mais precisa, sustentamos que, no contexto analisado, entre o capital e o trabalho está o rio – mais do que um recurso, um meio fundamental e indispensável para a reprodução da vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. O “social” nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. 1–19, 19 abr. 2022. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5930>.

ALVES, T. dos S. Território Pesqueiro. Entre terra, água e educação. **GIRAMUNDO - Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 5, n. 10, p. 31–41, 2018.

BANDUCCI JR., A. **Nativos em trânsito**: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense. 2002. 223p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARATELLI, A. E. S. **Terra, Estado e Capital**: A centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022, 217 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

BASSI, B. S.; BATAIER, C. Os Gigantes. **De Olho nos Ruralistas**, 2024. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Os-Gigantes-2024.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRAGA, L. M.; ALMEIDA, N. de P.; ASATO, T. A. Tradição e Receptividade no Pantanal Sul-mato-grossense: Um breve roteiro histórico e cultural. *In*: IV CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004. **Anais...** Joinville: 2004. p. 1-9. Disponível em: <https://docplayer.com.br/60998831-Tradicao-e-receptividade-no-pantanal-sul-mato-grossense-um-breve-roteiro-historico-e-cultural.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm#:~:text=LEI%20No%206.513%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,natural%3B%20acrescenta%20inciso%20ao%20art. Acesso em: 21 set. 2024.

CAMPOS, Z.; MOURÃO, G.; COUTINHO, M.; MAGNUSSON, W. Efeito da Caça no Movimento e na Área de Uso dos Jacarés, Pantanal Sul. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Pantanal**, n. 61, Corumbá, 2005.

CARDOSO, E. Schiavone. Territórios Pesqueiros: Conflitos e Possibilidades para a Gestão da Pesca. *In*: 9º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA - EGAL, 2003. **Anais...** Mérida, México: 2003. p. 1–21. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/07.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 307–328, 2020.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. A reprodução da cultura ribeirinha na comunidade Passo do Lontra - Corumbá-MS. In: IV Encontro Regional em Comemoração ao dia do Geógrafo - ERCOGEO, 2023. **Anais...** Três Lagoas - MS 2023a. p. 147-152.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. A reprodução da cultura ribeirinha na comunidade Passo do Lontra - Corumbá-MS. In: Integra UFMS, 2023. **Anais...** Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2023b. p. 119-119.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. Complexo territorial da celulose em Mato Grosso do Sul: crise ambiental, desenvolvimento (in)sustentável e dependência. In: Marx e o Marxismo 2025: O capitalismo do fim do mundo, a era da policrise, 2025, **Anais...** Niterói – RJ, 2025. p. 1-18.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. O trabalho e a condição ribeirinha no Passo do Lontra, Corumbá-MS. In: XX Semana de História, 2024. **Caderno de programação e resumos**, Três Lagoas - MS. 2024a. p. 23-23.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. Reflexões sobre a natureza do Turismo no Pantanal Sul. IV Encontro Regional em Comemoração ao dia do Geógrafo - ERCOGEO, 2024. **Anais...** Três Lagoas - MS 2024b. p. 226-230.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. Territorialidade e Tradicionalidade Ribeirinha: Olhares sobre o desenvolvimento histórico e cultural na comunidade Passo do Lontra Corumbá-MS. In: IX RAMS – ANTROPOLOGIAS EMERGENTES: PERSPECTIVAS A PARTIR DO CENTRO-OESTE, 2023. **Anais...** Campo Grande, MS: 2023c. p. 155–166. Disponível em: https://antropologiams.ufms.br/files/2024/02/Anais-do-Evento-_-RAMS-2.pdf . Acesso em: 21 set. 2024.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. Territorialidade e Tradicionalidade Ribeirinha: Olhares sobre o desenvolvimento histórico e cultural na comunidade Passo do Lontra Corumbá-MS. In: IX RAMS – ANTROPOLOGIAS EMERGENTES: PERSPECTIVAS A PARTIR DO CENTRO-OESTE, 2023. **Caderno de resumos RAMS 2023** Campo Grande, MS: 2023d. p. 63-63.

COSTA, E. G.; SANTOS, T. A. Tradicionalidade ribeirinha e turismo na comunidade Passo do Lontra (Corumbá-MS): complementaridade ou contradição? In: Integra UFMS, 2024. **Anais...** Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2024c. p. 182-182.

DORES, E. F. G. de C. Contaminação por agrotóxicos na bacia do rio Miranda, Pantanal (MS). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 3, n. Suplemento especial, p. 202–205, 2008.

ESSELIN, P. M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FERNANDES, T. A. D. S. “Um dia a gente come, no outro não”: As condições sociais do trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-Grossense. 2024, 114p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.

FERREIRA, S. R. B. Brejo dos Crioulos: saberes tradicionais e afirmação do território. **Revista Geografias**, v. 2, n. 1, p. 58–77, 1 jul. 2006. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13195>.

FREITAS, R. D. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálýsis**, v. 15, n. 1, p. 41–51, jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004>.

GAZOLLA, B. L.; GONÇALVES, F. V. Caracterização do Processo de Erosão das Margens do Rio Miranda na Região do Passo do Lontra, Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 40, n. 2, p. 144–152, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.11137/2017_2_144_152. Acesso em: 1 dez. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. Ed. Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, E. J. Introdução. In: MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz E Terra, 1985. (Coleção Pensamento Crítico, v. 3).

INCRA. **Dados da estrutura fundiária por município de Mato Grosso do Sul**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/ms-municipios-2018.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

JORNAL NACIONAL. Chuvas em Mato Grosso do Sul voltam a provocar cheia no Pantanal, após anos de seca severa. 9 mar. 2023. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/09/chuvas-em-mato-grosso-do-sul-voltam-a-provocar-cheia-no-pantanal-apos-anos-de-seca-severa.ghtml>. Acesso em: 9 nov. 2023.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 22, p. 1-32, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202006>

MAPBIOMAS BRASIL. **Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 7.122 de 17 de março de 1993. Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do pantanal, e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/26b7d72c4ad2b5fa042577610049d235?OpenDocument>. Acesso em: 21 set. 2024.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 501–522, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p501>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MORAIS, I. C. S. **Variabilidade da precipitação e dos episódios de incêndio no Pantanal (MS)**. 2023, 61p. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023.

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2006.

OLIVEIRA, L. D. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OLIVEIRA, M. D.; CALHEIROS, D. F.; PADOVANI, C. R. Mapeamento e Descrição das Áreas de Ocorrência dos Eventos de Decada no Pantanal. **Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, v. 121, p. 1–21, 2013.

OLIVEIRA, M. S. D.; MARQUES, H. R. Estrada Parque Pantanal: comunidades, solidariedade e desenvolvimento. *Semioses*, v. 10, n. 2, p. 29–39, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15202/1981996x.2016v10n2p29>. Acesso em: 1 dez. 2023.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015.

PALAR, J. V.; GRANATO, L. A questão ambiental a partir da teoria marxista da dependência: possíveis diálogos e intersecções. **Cadernos Cemarx**, [s. l.], v. 17, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17429>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PINHEIRO, T. T.; GÓES, K. O. C.; NASCIMENTO, A. I.; SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. da C. Um modo de produção no espaço ribeirinho: um estudo no distrito de Nezaré/RO. *In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 2012. **Anais...** Uberlândia: 2012. p. 1-14.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

RIBEIRO, M. A. A espetacularização da natureza no Pantanal. *Interações (Campo Grande)*, v. 19, p. 803–812, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1714>. Acesso em: 1 dez. 2023.

RIBEIRO, M. A. Trabalho e turismo no Pantanal/MS: olhares para a comunidade do passo da lontra. **ENTRE-LUGAR**, v. 9, n. 18, p. 150–168, 2018b. <https://doi.org/10.30612/el.v9i18.8889>.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. Pantanal/MS/Brasil: A construção de novas Geografias. *In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 2012a. **Anais...** Bogotá: 2012a. p. 1-11. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-M-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. Processo de resignificação da geografia do pantanal. **Mercator**, v. 11, n. 24, p. 43–51, 19 abr. 2012b. <https://doi.org/10.4215/RM2012.1124.0003> .

SALAZAR, N. B. Antropología del turismo en países en desarrollo: análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generados por el turismo. **Tabula Rasa**, n. 5, p. 99–128, 2006.

SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.

SILVA, C. A. (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b, p. 13-26.

SILVA, D. A.; RIBEIRO, V. Abordagem sobre a Apropriação dos Recursos Naturais pela Atividade Turística. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 15, p. 125–133, 2016.

SILVA, M. H. S. O Pantanal Sul Mato-Grossense um meio ambiente territorializado. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, n. 7, 10 nov. 2013. <https://doi.org/10.17271/19800827972013553> .

SILVEIRA, A. S. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 24, p. 145–176, 17 out. 2013. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n24p145> .

TEIXEIRA, S. S.; SAMPAIO, A. C. S.; CHEUNG, P. B.; ESCANDOLHERO, J. M.; IDE, C. N.; LUCA, S. J. Avaliação de impactos ambientais no Passo do Lontra. In: I Simpósio de recursos hídricos do centro-oeste, 1., 2000. Anais [...]. Brasília: ABRH, 2000. v. 1, p. 1–29.